



Atos do Executivo

GABINETE DA PREFEITA

DECRETO Nº 41.563, DE 12 DE JANEIRO DE 2018

REGULAMENTA O USO DO SOLO DO LOTEAMENTO DENOMINADO SETOR 33 - JARDIM SOCIAL, RESULTADO DO PARCELAMENTO DO LOTE 08-UNIFICADO, GLEBA I E II DO SETOR TERRA RICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o uso do solo no loteamento denominado SETOR 33 - JARDIM SOCIAL, proveniente do parcelamento do Lote 08-Unificado, Gleba I e II do Setor Terra Rica, aprovado através do Decreto Nº 1.695/1999.

Art. 2º Para efeito deste Decreto adota-se os seguintes termos e suas definições:

- I – alinhamento: é a linha de divisa do lote urbano com logradouro público;
- II – recuo frontal: distância do ponto mais próximo do edifício ao alinhamento;
- III – afastamento lateral: distância do ponto mais próximo do edifício ao limite lateral do lote;
- IV – afastamento do fundo: distância do ponto mais próximo ao limite do fundo do lote;
- V – taxa de ocupação: é o índice urbanístico que define a relação entre a área ocupada pela projeção da edificação e a área do terreno;

VI – zona comercial: áreas onde existe preponderância na ocupação por estabelecimentos comerciais em virtude de sua localização, facilidade de acesso sistema viário adequado;

VII – zona residencial: áreas destinadas à ocupação por edificações residenciais.

Art. 3º A taxa de ocupação mínima será de 20% (vinte por cento). A taxa de ocupação máxima será de 60% (sessenta por cento) para edificações residenciais e 70% (setenta por cento) para edificações comerciais:

Art. 4º Ficam estabelecidas as seguintes zonas de uso no bairro:

I - Zona Residencial/Comercial, lotes confrontantes com a Avenida Marques Henrique, Avenida Aline R. de Almeida (2504) e Avenida 02 (Rotary Club), com permissão para implantação de atividades de comércio e serviços de pequeno porte e baixo impacto (mercearias, mercados, varejistas de gás de cozinha, açougues, padarias/confeitarias, restaurantes e similares, farmácias, consultórios, escritórios, oficinas de artesanato e de reparos (exceto mecânicas que envolvam funilaria e pintura), Barbearias, salões de beleza e demais atividades compatíveis com o uso residencial predominante do bairro, e obtenham as devidas licenças ambientais e sanitárias que se façam necessárias para o adequado funcionamento sem conflito com o entorno.

II - Zona Residencial, compreendendo todos os demais lotes, com uso exclusivamente residencial.

Art. 5º Poderão, a critério do Poder Executivo Municipal, ser admitidos nos demais lotes que compõem o loteamento os usos permissíveis – atividades econômicas ou não, que devido as suas características poderão ser outorgados, após análise individualizada, sendo passível de, a qualquer momento, ser cassada a autorização em virtude de desvirtuamento da atividade ou alteração de sua natureza.

Art. 6º A localização das edificações deverá obedecer às seguintes determinações:

I - Zona Residencial/Comercial: será permitida a edificação para uso comercial ou misto no alinhamento dos lotes, respeitando-se a taxa de ocupação e demais requisitos do Código de Obras do Município. Para as edificações para uso residencial fica estabelecido o recuo frontal de 4,00 m (quatro metros) e lateral e fundos com 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros);

II - Zona Residencial: deverá ser obedecido o recuo frontal de 4,00 m (quatro metros) e afastamento lateral e fundo de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Parágrafo único. No caso dos lotes em esquinas, além do recuo frontal deverá ser obedecido, para edificações residenciais, o recuo lateral de 2,00m (dois metros).

Art. 7º Os muros e edificações comerciais em esquinas e no alinhamento o lote, deverão obedecer ao chanfro medindo 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 8º Todas as atividades implantadas no loteamento deverão obedecer às disposições do Plano Diretor e Código de Obras da Prefeitura Municipal de Vilhena.

Art. 9º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em

DOV

DIÁRIO OFICIAL



VILHENA

PREFEITURA MUNICIPAL DE
VILHENARosani Terezinha Pires da Costa Donadon
Prefeita

CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR

DR. TEOTÔNIO VILELA

Av. Rony de Castro Pereira, 4177 - Jd. América
CEP 76980-000 - VILHENA - RO
FONE: (69) 3919-7080Visite nosso Portal:
dov.vilhena.ro.gov.br

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| GABINETE DA PREFEITA | 1 |
| CL - CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES | 2 |
| SEMAD- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | 3 |
| SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | 3 |
| SEMTER - SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS | 4 |
| SEMUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE..... | 6 |
| SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS | 21 |
| ATOS DO LEGISLATIVO | 22 |

contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 12 de janeiro de 2018.

ROSANI DONADON
Prefeita do Município

DECRETO Nº 41.624/2018

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO DO PROFISSIONAL ABAIXO RELACIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando, o amparo na Lei nº 1.804/2004 e suas alterações, a solicitação feita através do Memorando nº 512/2017/SEMUS e o teor do Memorando nº 140/SEMAD, Processo Administrativo 775/2017.

DECRETA:

Art. 1º A contratação por prazo determinado do profissional abaixo relacionado:

I – GIZELIA PEREIRA FERREIRA, na função de Técnico em Enfermagem, 40 horas semanais, no regime Jurídico Administrativo, com prazo de 6 (seis) meses, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS – Hospital Regional Adamastor Teixeira de Oliveira, no período de 23 de janeiro de 2017 a 22 de julho de 2018, Processo Administrativo nº 775/2017-42.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos a partir de 23 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal.
Vilhena (RO), 22 de janeiro de 2018.

ROSANI DONADON
Prefeita do Município

CL - CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2018/PMV**

O Município de Vilhena, através da Controladoria de Licitações e de sua Pregoeira, designada por intermédio do Decreto Municipal nº 39.381/2017, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 002/2018/PMV, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE, conforme descrito no edital e seus anexos, de conformidade com a Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 19.053/09, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei complementar nº 123/06, Lei Complementar 147/14 com suas alterações e demais exigências contidas nesse Edital. Tendo como requisitante a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Processo Administrativo Nº 5334/2017/SEMED.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLARAR, COM MOTORISTA E MONITOR, PARA ATENDIMENTO AOS ALUNOS RESIDENTES NA ZONA RURAL E URBANA, QUE FREQUENTAM AS ESCOLAS MUNICIPAIS E AS ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE VILHENA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PLANILHAS, MAPA DAS LINHAS, PELO PERÍODO DE 208 (DUZENTOS E OITO) DIAS LETIVOS, DE ACORDO COM O CALENDÁRIO ESCOLAR DE 2018, ASSEGURANDO A LOCOMOÇÃO DOS ALUNOS ATÉ SUAS UNIDADES ESCOLARES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED.

VALOR ESTIMADO R\$ 6.152.398,72

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 29/01/2018.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 09/02/2018 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 09 de fevereiro de 2018, às 10:05 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 09 de fevereiro de 2018, às 10:20 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 09 de fevereiro de 2018, às 10:25 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos a respeito do certame, poderão ser prestados pelo Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, e o pedido deve ser direcionado a Controladoria de Licitações, da Prefeitura Municipal de Vilhena-RO, cito a Rua Rony de Castro Pereira, 4177 - Bairro Jardim América, (Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella) – Vilhena – Rondônia, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: (0xx) 69-3919-7082 – e-mail: prefeituradevilhena1@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado (licitanet.com.br).

Vilhena-RO, 22 de janeiro de 2018.

Loreni Grosbelli

Pregoeira

Dec. Nº 39.381/2017

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2018/PMV**

O Município de Vilhena, através da Controladoria de Licitações e de sua Pregoeira, designada por intermédio do Decreto Municipal nº 39.381/2017, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 003/2018/PMV, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE, conforme descrito no edital e seus anexos, de conformidade com a Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 19.053/09, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei complementar nº 123/06, Lei Complementar 147/14 com suas alterações e demais exigências contidas nesse Edital. Tendo como requisitante a Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Processo Administrativo Nº 332/2018/SEMED.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VIDRO CRISTAL TEMPERADO PARA O USO DE LOUSAS ESCOLARES, QUE ATENDERÃO AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - SEMED.

VALOR ESTIMADO R\$ 58.469,50

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 24/01/2018.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 05/02/2018 às 10:05 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 05 de fevereiro de 2018, às 10:10 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 05 de fevereiro de 2018, às 10:15 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 05 de fevereiro de 2018, às 10:20 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos a respeito do certame, poderão ser prestados pelo Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, e o pedido deve ser direcionado a Controladoria de Licitações, da Prefeitura Municipal de Vilhena-RO, cito a Rua Rony de Castro Pereira, 4177 - Bairro Jardim América, (Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella) – Vilhena – Rondônia, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: (0xx) 69-3919-7082 – e-mail: prefeituradevilhena1@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado (licitanet.com.br).

Vilhena-RO, 22 de janeiro de 2018.

Loreni Grosbelli

Pregoeira

Dec. Nº 39.381/2017

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 420/2017/GABINETE/SRP**

O Município de Vilhena, através da Controladoria de Licitações e de sua Pregoeira, designada por intermédio do Decreto Municipal nº 41.481/2017, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 420/2017/GABINETE/SRP, do tipo MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM, conforme descrito no edital e seus anexos, de conformidade com a Lei 10.520/2002, Decreto Municipal nº 19.053/09, subsidiariamente, com a Lei Federal nº 8.666/1993, Lei complementar nº 123/06, Lei Complementar 147/14 com suas alterações e demais exigências contidas nesse Edital. Tendo como requisitante o GABINETE DA PREFEITA.

Processo Administrativo Nº 4579/2017/GABINETE/SRP.

OBJETO: FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE (PAPEL SULFITE, CANETA, GRAMPEADOR, PERFURADOR, ENTRE OUTROS...), QUE SERÃO UTILIZADOS NOS SETORES QUE FAZEM PARTE DOS DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS EM DIVERSAS ÁREAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA E NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO (NAS ESCOLAS URBANAS E RURAIS), POR 12 (DOZE) MESES

VALOR ESTIMADO R\$ 498.016,64

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A Partir do dia 25/01/2018.

DO ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS: A partir do dia 06/02/2018 às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 06 de fevereiro de 2018, às 10:05 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

FIM DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 07 de fevereiro de 2018, às 10:00 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Dia 07 de fevereiro de 2018, às 10:05 horas. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos a respeito do certame, poderão ser prestados pelo Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, e o pedido deve ser direcionado a Controladoria de Licitações, da Prefeitura Municipal de Vilhena-RO, cito a Rua Rony de Castro Pereira, 4177 - Bairro Jardim América, (Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella) - Vilhena - Rondônia, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: (0xx) 69-3919-7082 - e-mail: prefeituradevilhena1@hotmail.com.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado (licitanet.com.br).

Vilhena-RO, 22 de janeiro de 2018.

Walquiria Ferreira Da Rocha
Pregoeira
Dec. Nº 41.481/2017

SEMAD- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA INTERNA Nº 039/2017/SEMAD

EMENTA: AVERBA TEMPO DE SERVIÇO EM ATIVIDADE PÚBLICA E PRIVADA PARA FINS DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CÂMARA NOVAES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Vilhena, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo Art. 96, parágrafo único da Lei Orgânica do Município c/c Decreto Municipal nº 6.985, de 03 de março de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, na Ficha Funcional do(a) servidor(a), ROBERTO MENDONÇA DA SILVA, servidor(a) público municipal, detentor(a) do cargo efetivo de professor nível III, cadastro nº 10115, PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA JUNTO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, o tempo de efetivo exercício em atividades públicas e privadas com

contribuição ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, 4.871 (quatro mil, oitocentos e setenta e um) dias, correspondendo a 13(treze) anos e 04(quatro) meses. Tal averbação faz-se em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em 09/11/2017 e demais atos constantes do Processo Administrativo nº 3407/2017, com amparo na Lei Complementar nº 007 de 24 de outubro de 1996 e alterações, e Lei nº 1.963 de 14 de março de 2006 e alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vilhena, 15 de dezembro de 2017.

Miguel Câmara Novaes
Secretário Municipal de administração
Decreto nº 38.435/2017

PORTARIA INTERNA Nº 040/2017/SEMAD

EMENTA: AVERBA TEMPO DE SERVIÇO EM ATIVIDADE PÚBLICA E PRIVADA PARA FINS DE APOSENTADORIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL CÂMARA NOVAES, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura de Vilhena, Estado de Rondônia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial pelo Art. 96, parágrafo único da Lei Orgânica do Município c/c Decreto Municipal nº 6.985, de 03 de março de 2004.

RESOLVE:

Art. 1º - AVERBAR, na Ficha Funcional do(a) servidor(a), PEDRO JOSE LESSA DE CARVALHO, servidor(a) público municipal, detentor(a) do cargo efetivo de Orientador Educacional - 40h, cadastro nº 6096, PARA EFEITOS DE APOSENTADORIA JUNTO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, o tempo de efetivo exercício em atividades públicas e privadas com contribuição ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, 3.577 (três mil, quinhentos e setenta e sete) dias, e tempo de contribuição ao Regime Próprio de Previdência Social RPPS - (Instituto de Previdência de Vilhena - IPMV), 368 (trezentos e sessenta e oito) dias, no total de 3.945 (três mil novecentos e quarenta e cinco) dias, correspondendo a 10(dez) anos, 09(nove) meses e 19(dezenove) dias. Tal averbação faz-se em conformidade com a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em 14/11/2017 e Instituto de Previdência Municipal de Vilhena - IPMV, em 14/11/2017 e demais atos constantes do Processo Administrativo nº 4.992/2017, com amparo na Lei Complementar nº 007 de 24 de outubro de 1996 e alterações, e Lei nº 1.963 de 14 de março de 2006 e alterações.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Vilhena, 15 de dezembro de 2017.

Miguel Câmara Novaes
Secretário Municipal de administração
Decreto nº 38.435/2017

SEMED - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 378/2018/SEMED

A Prefeitura Municipal de Vilhena/RO torna pública a Inexigibilidade para Contratação de Empresa para realização da revisão e manutenção periódica dos veículos : VW/NOVO GOL TL MCV ANO MODELO 2017/2018 PLACA QRA-7720; VW/NOVO GOL TL MCV ANO MODELO 2017/2018 PLACA QRA-7740; VW/NOVO GOL TL MCV ANO MODELO 2017/2018 PLACA QRA-6250; VW/NOVO GOL TL MCV ANO MODELO 2017/2018 PLACA NCU-4944; Processo Administrativo nº 378/2018/SEMED, com base no Art. 24, Inciso XVII da Lei 8.666/93, e de acordo com o parecer da Procuradoria Geral do Município da folha 41 e 42; Em favor de CAREVEL VEUCULOS LTDA, com sede na cidade de Vilhena - RO, perfazendo o total geral de R\$ 13.200 (treze mil e duzentos reais), RATIFICO a dispensa e proceda-se a publicação no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

Vilhena - RO, 18 de janeiro de 2018.

ROSANI DONADON
PREFEITA MUNICIPAL

**PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO
CONTRATO: 230/2017**

DESIGNA SERVIDOR PARA SER FISCAL DO CONTRATO Nº 230/2017, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAQUEL DONADON, Secretária Municipal de Educação, Município de Vilhena, Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Considerando a necessidade de atendimento ao art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, que trata do acompanhamento da execução de contratos.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora Agente de Fiscalização: DAVID PAUL VARGAS ROJAS, ASSESSOR EXECUTIVO-CPC 02, matrícula 11399, para ser fiscal do CONTRATO Nº 230/2017 – Contratação de Empresa para aquisição de assinatura de jornal de circulação estadual "A GAZETA DE RONDÔNIA", oriundo do Processo Administrativo nº 4741/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 26 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Vilhena (RO), 23 de janeiro de 2018.

RAQUEL DONADON
Secretária Municipal de Educação

SEMTER - SECRETARIA MUNICIPAL DE TERRAS**ABERTURA DE PROCESSO DE RECONHECIMENTO DE POSSE
"PROGRAMA REGULARIZA VILHENA"
LEI MUNICIPAL Nº 4.716/2017**

O Município de Vilhena, através da Secretaria Municipal de Terras, em cumprimento ao Artigo 4º, Inciso IX da Lei Municipal nº 4.716/2017, torna público a abertura de processo de reconhecimento de posse dos imóveis e requerentes, conforme processos administrativos abaixo relacionados:

| PROCESSO | REQUERENTE | LOTE | QUADRA | SETOR |
|----------|------------------------------|------|--------|-------|
| 50212/16 | Donatilio Alves Lacerda | 07 | 32 | 15 |
| 49048/14 | José Luiz Timmermann | 08 | 34 | 01 |
| 50586/17 | Augusto dos Santos | 06 | 142 | 01 |
| 50558/17 | David Correia de Souza | 12 | 29 | 15 |
| 50489/17 | Rozilene Tomé Pereira | 11 | 16 | 18 |
| 50481/17 | Rosângela Lima da Silva Rego | 10 | 28 | 15 |
| 50563/17 | Marileide Almeida de Araujo | 06 | 15 | 20 |
| 50573/17 | Valdirene Cassimiro de Lima | 07 | 54 | 15 |

| | | | | |
|----------|--|---------|----------|------------------------|
| 50574/17 | Valdirene Cassimiro de Lima | 14 | 54 | 15 |
| 50294/16 | Geferson dos Santos Passos | 18 | 23 | 08-A |
| 49987/15 | Elias Gonçalves da Silva | 28 | 06 | 56 |
| 50576/17 | Otacílio Ferreira Costa Neto e Amarildo Ferreira Costa | 07 | 29 | 35 |
| 50213/16 | Donatilio Alves Lacerda | 08 | 32 | 15 |
| 50373/16 | Maria das Graças do Carmo | CH 28 | Gleba 03 | A-1 |
| 50612/18 | Gilson Antônio Lorenzini | 11 | 16 | 18 |
| 47144/11 | Maria Salete Bordiga Tamanho | 07 | 16 | 07-A |
| 44872/08 | Vagna de Santi Ferreira | 11 | 08 | 23 |
| 4333/10 | Mecavil Mecânica Agrícola Vilhena LTDA | 01 | 43 | 19 |
| 50392/16 | Antônio Marcos da Mata Borges | 16 | 16-A | 19 – Residencial Moria |
| 45055/08 | Ronei Manfroi | 17 | 130 | 01 |
| 50538/17 | Mariely Shirlei Monteiro Ramalho | 05 | 15 | 15 |
| 50614/18 | Katiusse Clarinda Cantoni | 08 | 35 | 15 |
| 50582/17 | Eni Maria Rezende da Silva | 01 | 46 | 15 |
| 50606/17 | Fabio Antonio de Farias | CH 03-R | - | 64 |
| 44780/08 | Adercy Moreira da Silva | 13 | 33 | 29 |
| 50404/16 | Luiz Gonzaga Maciel Neto | 01 e 02 | 33 | 01 |
| 50317/16 | Marina Dias Perezi | 15 | 31 | 20 |
| 50318/16 | Marina Dias Perezi | 16 | 31 | 20 |
| 50457/16 | Luzenir Sousa | 16 | 05 | 04 |
| 49377/14 | Urbano Jose dos Santos | 05 | 19 | 29 |

| | | | | |
|----------|--|-------------------------|------|------------------------|
| 49709/15 | Otávio Lopes | 22 | 25 | 17 |
| 48054/12 | Jose Custodio da Silva | 11 | 34 | 17 |
| 50534/17 | Valdir kussmaul | 13 | 39 | 01 |
| 49207/14 | Alceni Luiz de Moura | 12 | 57 | 02 |
| 6600/14 | Alceni Luiz de Moura | 12 | 57 | 02 |
| 50320/16 | Olivio Maia | 04 | 43 | 15 |
| 42846/06 | Altair Paulino de Campos | 22 | 11 | 05 |
| 50575/17 | José Silma dos Santos | 13 | 13 | 09 |
| 2212/14 | ACIV- Associação Comercial e Industrial de Vilhena | 01,02,03,04,07,08,09,10 | 02 | 10 |
| 47736/12 | Valdirene Cassimiro de Lima | 21 | 27 | 15 |
| 50071/15 | Lotario Artur Wiebbelling e Outros | CH 135 | - | D |
| 5880/11 | Stupp & Krupinski LTDA | 01 e 20 | 32 | 19 |
| 50556/17 | Jacob Peruchi | 09 e 09-A | 01 | 03 – Vila Operária |
| 50557/17 | Antônio Dias Filho | CH 129 | - | 114 |
| 50176/16 | Eraldo Dal Posolo | 19 | 06 | 14 |
| 50499/17 | Maria Luiza de Souza | 04 | 14 | 17 |
| 50474/17 | Arnaldo Neres Diamantino | 17 | 27 | 15 |
| 50570/17 | Joaquim Bernardes de Oliveira | CH 108-B | - | D |
| 50479/17 | Arlson Ferreira Costa | 04 | 05 | 29 |
| 164/90 | Radio Planalto de Vilhena LTDA | 03 | 03 | 10 |
| 50280/16 | Antonio de Freitas | 40 | 35-A | 19 – Residencial Moriá |

| | | | | |
|----------|--|-----------|----|------------------------|
| 50433/16 | José Luiz Timmermann | CH 185 | - | 114 |
| 49543/14 | Fabio Antonio de Faria | 01 | 02 | 03 – Vila Operária |
| 49977/15 | Augusto Rodrigues Palmeira | 11 | 35 | 19 – Residencial Moriá |
| 50432/16 | José Luiz Timmermann | CH – 38 | - | 114 |
| 50611/18 | Mário Joaquim da Silva e outro | 18 | 24 | 08 |
| 50610/18 | Noeme Brito Santana | 07 | 49 | 04 |
| 50609/18 | Hawdyharara Alves de Mira | 18 | 11 | 05 |
| 18336/94 | Olaci Vieira Belmont | 18 | 33 | 02 |
| 50603/17 | Berlamina Maria da Costa Araújo | 05 | 08 | 07 |
| 50604/17 | Berlamina Maria da Costa Araújo | 08 | 08 | 07 |
| 43018/06 | Josefia Alexandre Teixeira | 08 | 34 | 18 |
| 50101/15 | Ariston de Paula Pereira | 12 | 53 | 05 |
| 50447/16 | Angelita Febronio de Oliveira | 03 | 43 | 04 |
| 50152/16 | Valdir Moraes de Souza | 22 | 04 | 03 – Vila Operária |
| 40937/05 | Igreja Evangélica Assembléia de Deus em Vilhena | 04 | 01 | 35 |
| 2886/00 | Mauro Bruning do Amarante | 08 | 47 | 19 |
| 49130/14 | Nair Ferreira | 15 | 14 | 07-A |
| 50544/17 | V L Terraplanagem Eireli ME | 18 | 39 | 19 |
| 50545/17 | V L Terraplanagem Eireli ME | 19 | 39 | 19 |
| 50546/17 | V L Terraplanagem Eireli ME | 20 | 39 | 19 |
| 50601/17 | Helnilce Gabrig Heringer Duarte; Simone Heringer Duarte; Heloisa H. Duarte | 30, 31,32 | - | D |

| | | | | |
|----------|---------------------------|-----|---|---|
| 50599/17 | Robson Luiz da Silva Neto | 101 | - | D |
|----------|---------------------------|-----|---|---|

Vilhena (RO), 23 de janeiro de 2018.

Daniel Machado dos Santos
Secretário Municipal de Terras
Decreto n. 38.441/2017

SEMUS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA AO EDITAL SEMUS VILHENA Nº 04/2017

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018.

A Secretaria Municipal de Saúde de Vilhena/RO torna público que foram feitas as seguintes correções ao Edital de Seleção nº 04/2017:

Correção 01: Nomenclatura do Título do Edital nº 04/2017 onde se lê: SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018.

Leia-se:

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, INTENSIVISMO, REABILITAÇÃO FÍSICA E SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018.

Correção 02: item 1.1, onde se lê:

1.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Vilhena-RO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a letra i, CLÁUSULA QUARTA, TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/2017, de 07 de novembro de 2017, torna público e estabelece as normas do processo seletivo para o preenchimento das vagas do curso de Residência em Área Profissional da Saúde em Enfermagem Obstétrica e Atenção Psicossocial, e em Área Multiprofissional da Saúde em Urgência/Trauma e, cujo projeto foi aprovado através da Portaria Conjunta nº 01, de 14 de janeiro de 2015, em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa, da Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, da Portaria Interministerial nº 1.077 de 12 de novembro de 2009, da Resolução CNRMS nº 2 de 13 de abril de 2012 e legislação complementar.

Leia-se:

1.1 A Secretaria Municipal de Saúde de Vilhena-RO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a letra i, CLÁUSULA QUARTA, TERMO DE COOPERAÇÃO N.º 01/2017, de 07 de novembro de 2017, torna público e estabelece as normas do processo seletivo para o preenchimento das vagas do curso de Residência em Área Profissional da Saúde em Enfermagem Obstétrica e Atenção Psicossocial, e em Área Multiprofissional da Saúde em Urgência/Trauma, Intensivismo, Reabilitação Física e Saúde da Família e Comunidade e, cujo projeto foi aprovado através da Portaria Conjunta nº 01, de 14 de janeiro de 2015, e através do Chamamento Público para autorização de programas de residência em área profissional da saúde e ampliação de vagas 001/2017, combinado com a Portaria nº 33, de 22 de janeiro de 2018, em conformidade com as exigências do Regulamento deste Programa, da Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, da Portaria Interministerial nº 1.077 de 12 de novembro de 2009, da Resolução CNRMS nº 2 de 13 de abril de 2012 e legislação complementar.

Correção 03: item 2, onde se lê:

2. DO NÚMERO DE VAGAS

| CURSO | GRADUAÇÃO AUTORIZADA | VAGAS POR GRADUAÇÃO |
|-----------------------|----------------------|---------------------|
| ENFERMAGEM OBSTÉTRICA | ENFERMAGEM | 06 – (SEIS VAGAS) |

| | | |
|----------------------|----------------|---------------------|
| ATENÇÃO PSICOSSOCIAL | ENFERMAGEM | 01 – (UMA VAGA) |
| | PSICOLOGIA | 04 – (QUATRO VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 01 – (UMA VAGA) |
| URGENCIA/TRAUMA | ENFERMAGEM | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| | FARMÁCIA | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| | FISIOTERAPIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | PSICOLOGIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 02 – (DUAS VAGAS) |

Leia-se:

2. DO NÚMERO DE VAGAS

| CURSO | GRADUAÇÃO AUTORIZADA | VAGAS POR GRADUAÇÃO |
|-------------------------------|----------------------|---------------------|
| ENFERMAGEM OBSTÉTRICA | ENFERMAGEM | 06 – (SEIS VAGAS) |
| | | |
| ATENÇÃO PSICOSSOCIAL | ENFERMAGEM | 01 – (UMA VAGA) |
| | PSICOLOGIA | 04 – (QUATRO VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 01 – (UMA VAGA) |
| URGENCIA/TRAUMA | ENFERMAGEM | 08 – (OITO VAGAS) |
| | FARMÁCIA | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| | FISIOTERAPIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | PSICOLOGIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 02 – (DUAS VAGAS) |
| INTENSIVISMO | ODONTOLOGIA | 05 – (CINCO VAGAS) |
| | ODONTOLOGIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | PSICOLOGIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | FARMÁCIA | 01 – (UMA VAGA) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 01 – (UMA VAGA) |
| SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE | FISIOTERAPIA | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| | ENFERMAGEM | 04 – (QUATRO VAGAS) |
| | ODONTOLOGIA | 04 – (QUATRO VAGAS) |
| | PSICOLOGIA | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| REABILITAÇÃO FÍSICA | FARMÁCIA | 04 – (QUATRO VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 03 – (TRÊS VAGAS) |
| | ENFERMAGEM | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | SERVIÇO SOCIAL | 01 – (UMA VAGA) |
| | FISIOTERAPIA | 02 – (DUAS VAGAS) |
| | PSICOLOGIA | 01 – (UMA VAGA) |
| | FONOAUDIOLOGIA | 01 – (UMA VAGA) |
| | TERAPIA OCUPACIONAL | 01 – (UMA VAGA) |
| | | |

TOTAL GERAL

74 VAGAS

Correção 04: Anexo III, onde se lê:

ANEXO III

EDITAL SEMUS VILHENA Nº 04/2017

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE PÚBLICA PARA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA, PROGRAMA URGÊNCIA E TRAUMA E PROGRAMA SAÚDE MENTAL.

1-Ceballos, Albanita Gomes da Costa. Modelos conceituais de saúde, determinação social do processo saúde e Modelos conceituais de saúde, determinação social do processo saúde e doença, promoção da saúde / Albanita Gomes da Costa Ceballos. – Recife: [s.n.], 2015.

2-Brasil. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: 2010.

3-Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Dengue: aspectos epidemiológicos, diagnóstico e tratamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002. 20p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos, nº 176)

4-Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS : documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 3. Ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 52 p. : il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

5-Pereira, S. D. Conceitos e Definições em Epidemiologia importantes para Vigilância Sanitária Revisão Bibliográfica. São Paulo, março de 2007.

6-Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. : il. – (Série E. Legislação em Saúde)

7-Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: diretrizes e fundamentos. Módulo Político Gestor. Elisabeth Niglio de Figueiredo

8-Vianna, L. A. C. Processo Saúde-Doença. Módulo Político Gestor.

9-BENITO, G.A.V., LICHESKI, A.P. Sistemas de informação apoiando a gestão em saúde. Rev. Bras. Enfermagem, Brasília, n.62, v.3, p.447-50, maio-jun, 2009. 10-MEDEIROS, K.R. et al. O sistema de informação em saúde com instrumento da política de recursos humanos: um mecanismo importante na detecção das necessidades da força de trabalho para o SUS. Ciência & Saúde Coletiva, n.10, v.2, p.433-40, 11-MEDEIROS, K.R. et al. O sistema de informação em saúde com instrumento da política de recursos humanos: um mecanismo importante na detecção das necessidades da força de trabalho para o SUS. Ciência & Saúde Coletiva, n.10, v.2, p.433-40, 12-Fontes de informação. Cap.4. <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/fontes.pdf>

13-Brasil. Ministério da Saúde. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 2 v. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). (Capítulos referentes a :SIH-SUS ; SIM; – Sinan; Sinasc:

ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

1- ANVISA, RESOLUÇÃO RDC Nº 36, DE 3 DE JUNHO DE 2008. Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal.

2- BRASIL. Lei 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde; 1986. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de jun. 1986. Seção 1, p.9273-5.

3- BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a

saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 80 p.

4- BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo de Trabalho em Humanização do Parto e Nascimento. Cadernos HumanizaSUS: atenção hospitalar. Brasília: MS, 2012.

5- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. 1. ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p.

6- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 204 p. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

7- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 1 v. : il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

8- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, Aborto e Puerpério: assistência humanizada a mulher. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

9- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 60p.

10- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p. (Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32.)

11- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).

12- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde; Cadernos HumanizaSUS, v. 2).

13- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde; Cadernos HumanizaSUS, v. 3).

14- BRASIL. PORTARIA No- 1.459, DE 24 DE JUNHO DE 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde 2011.

15- BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama; n. 13 Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 132p.: II

16- CARPENITO-MOYET, L. J. Planos de cuidados de enfermagem e documentação – Diagnósticos de enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

17- LEI nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

18- RESOLUÇÃO COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

19- RESOLUÇÃO COFEN nº 358/ 2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a Implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

20- RESOLUÇÃO COFEN-339/2008. Normatiza a atuação e a responsabilidade civil do Enfermeiro Obstetra nos Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e dá outras providências.

21- RICCI SS. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 712p. Unidade 02: Saúde da mulher ao longo da vida. Unidade 03: Gravidez. Unidade 04: Trabalho de parto e parto. Unidade 05: Período pós parto. Unidade 06: O recém nascido.

22- TANNURE, M. C., Gonçalves, Ana Maria Pinheiro. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010. 298p.

- 23- VICTORA C..G. Saúde das mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. Lancet. 2011;377(9780):1863-76. 2011
24. SOBOTTA, Johannes et al.. Sobotta atlas de anatomia humana. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
25. ZUGAIB M. Zugaib Obstetrícia, 3ª ed, SP: Manole, 2016.

PROGRAMA URGÊNCIA E TRAUMA

1. Humanização do atendimento.
2. Formação profissional em saúde.
3. Gestão do trabalho e da educação em saúde. I. Título. II. Série. Linha de cuidado ao trauma na rede de atenção às urgências e emergências.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual Instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 84 p.: il. ISBN 978-85-334-1997-1
5. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 58 p. – (Cadernos de Atenção Básica; 16) (Série A. Normas e Manuais Técnicos). ISBN 85-334- 1189-8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual de rotinas para atenção ao AVC / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 50 p. ISBN 978-85-334-1998-8
7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. 19 Atenção Básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 256 p.: il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Cadernos Humaniza SUS; v. 2).
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Acolhimento e classificação de risco nos serviços de urgência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009. 56 p. ISBN 978-85-334-1583-6
9. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: Portaria MS/GM n.º 737 de 16/5/01, publicada no DOU n.º 96 seção 1E de 18/5/01 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 64 p. – (Série E. Legislação de Saúde) ISBN 85-334-0985-0.
10. BRASIL. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde/ NOB-SUS 96. Brasília: Ministério da Saúde. 1997. Disponível em http://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/esf/1/modulo_politico_gestor/Unidade_4.pdf

A - Específico ao profissional de Psicologia Urgência/Trauma:

1. BAPTISTA, M. N. DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar: Teoria, aplicações e casos clínicos. 2ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2015.
2. BARBOSA, L. N.F. Reflexões sobre a ação do psicólogo em unidades de emergência. Rev. SBPH v.10 n.2 Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000200009>
3. CAMON, V. A. A (Org). Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática. 2ª edição. São Paulo: Learning, 2015.
4. Código de Ética Profissional do Psicólogo.
5. Corrêa, S. S. O lugar do psicólogo no contexto de urgência e emergência. In: Anais do V Jornada de Psicologia no Hospital Municipal do Campo Limpo Blucher Medical Proceedings, v.1, n.5, p. 26-30. São Paulo, 2015. Disponível em:
<<http://www%20.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-lugar-do-psicologo-no-conte%20%20to-de-urgncia-e-emergncia-13952>><http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-lugar-do-psicologo-no-contexto-de-urgncia-e-emergncia-13952>>
6. CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2007.
7. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.
8. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos

- Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008
9. FADIMAN, J. FRAGER, R. Teorias da Personalidade. São Paulo:Harbra, 2002.
 10. FRANCO, M. H. P. et al. Vida e Morte: Laços da Existência. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2011.
 11. KOVÁCS. M. J. Educação para a morte; Temas e Reflexões. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012.
 12. KOVÁCS. M. J. Morte e desenvolvimento Humano. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2013.
 13. KUBLER- ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
 14. PARKES. C. M. Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.
 15. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
 16. SASSI. A. OLIVEIRA. S. Os desafios do psicólogo no atendimento a pacientes internados no pronto socorro. Psic. Rev. v. 23, n.1, 97-107, São Paulo, 2014. Disponível em:
<<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/20216/15041>>
 17. SCORSOLINI-COMIN. F. Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. Psico-USF, v. 20, n. 1, p. 163-173. Bragança Paulista, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1413-8271201520001155>>
 18. SOUZA, R. P. (Org). Manual de Rotinas de Humanização em Medicina Intensiva. Curitiba: Edição do autor, 2004.
 19. VIEIRA, M. C. Atuação da Psicologia hospitalar na Medicina de Urgência e Emergência. HumanizaRev Bras Clin Med. v.8, nº 6, p. 513. São Paulo, 2010. Disponível em:<<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2010/v8n6/a1602.pdf>>

B – Específico ao profissional Assistente Social:

1. BRASIL. LEI No 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
2. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências
3. BRASIL. Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências.
4. BRASIL. Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
5. BRASIL. Lei nº 8.842, de 04 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.
6. BRASIL. Portaria nº 687, de 30 de março de 2006. Aprova a Política de Promoção da Saúde.
7. BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
8. BRASIL. RESOLUÇÃO CFESS Nº 557/2009 de 15 de setembro de 2009. Ementa: Dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais.

C – Específico ao profissional Fisioterapeuta:

- 1-West, J.B. Fisiologia resp: princípios básicos- 9ª ed.
- 2-West, J.B. Fisiologia pulmonar: princípios básicos- 8ª ed.
- 3-Anthomson, AlionSkinner,JeanPiercy -Fisioterapia de Tidy-12ª ed.
- 4-Yes,Xardez.Manual de cinesioterapia-Técnicas Indicações,Patologia,tratamento-RJ Atheneu,1991
- 5-Miranda, Edalton.Bases de anatomia e cinesiologia 4ª edição RJ Sprint,2003
- 6-Browner, Bruce D,Jupter, JesseB,LevineAlanM,Trafton,Peter G. Traumatismo do sistema musculoesquelético.Fraturas´luxações T ligamentos. Volume II-S.Paulo:2000
- 7-Cunha B.A- Fundamentos em pneumonia 3ª Ed.
- 8-Menna Barreto, S.S. Tromboembolismo pulmonar.

D – Específico ao profissional Enfermeiro:

- 1.Advenced Trauma Life Suport (Suporte Avançado de Vida no Trauma) - ATLS, 9 edição, 2014.

E – Específico ao profissional Farmacêutico:

- 1.SVS/MS. Portaria 344/98 – Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Publicada no DOU em 19/05/1998.
Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/legis/portarias/344_98.htm.

2. Bioquímica Clínica: Princípios e Interpretações – VALTER T. MOTA, volume 16 – Rim e Função Renal.
3. Bioquímica Clínica: Princípios e Interpretações – VALTER T. MOTA, volume 7 – Carboidratos.
4. Bioquímica Clínica: Princípios e Interpretações – VALTER T. MOTA, volume 12 – Eletrólitos e água.
5. CFF – Código de ética.
6. Código de Ética da Profissão Farmacêutica
7. Farmacologia H.P. Rang; M.M. Dale; J.M. Ritter.
8. Guia de boas práticas em farmácia hospitalar e serviços de saúde – SBRAFH.
9. Interpretação rápida da gasometria - Bioquímica-clínica.
10. Livro MED CURSO – “do interno à residência” – Introdução a anemias.
11. Livro MED CURSO – “do interno à residência” – Hemoglobinopatias – As Talassemias.
12. Manual de exames de urina – E. P. VALLADA 4ª EDIÇÃO, 1981.
13. Padrões Mínimos para Farmácia Hospital/Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar
14. Parasitologia Humana 11ª edição – David Pereira Neves.

PROGRAMA SAÚDE MENTAL

1. BONTEMPO, Valéria L. CASTANHEIRA, Camila. O técnico de referência e a saúde mental: uma reflexão a partir de uma residência multiprofissional, número 15, 2011. Disponível em: http://www.clinicaps.com.br/clinicaps_revista_15_exp.html.
2. CASTEL, Robert. A Ordem Psiquiátrica: A Idade de Ouro do Alienismo. 2ed. Graal, 1991. p. 9-20 e 21-53.
3. FERREIRA, Tânia. O que a clínica do sujeito nos ensina. In: LOBOSQUE, Ana M.; SILVA, Celso. (Org.). Saúde Mental – Marcos Conceituais e Campos de Prática. Belo Horizonte: CRP 04, 2013, p. 56-65.
4. FRANCO, Renato F. Território e subjetividade: uma (re) territorialização da loucura. In: LOBOSQUE, Ana M.; SILVA, Celso. (Org.). Saúde Mental – Marcos Conceituais e Campos de Prática. Belo Horizonte: CRP 04, 2013, p.209-216.
5. GOMES, B. A. & PEREIRA, M. T. C. G. Entre a Loucura e a Razão: A Luta Estudantil por uma Saúde Popular. In LOBOSQUE, A M (org). Universidade e Reforma Psiquiátrica: Interrogando a Distância. Caderno Saúde Mental 2. Belo Horizonte: ESP/MG, 2009. p. 47-56
<http://www.esp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2009/06/caderno-saude-mental-2.pdf>
6. LOBOSQUE, Ana Marta. Debatendo alguns desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2011, vol.16, n.12, pp. 4590-4592. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011001300003&lng=pt&nrm=iso
7. LOBOSQUE, Ana M. O sujeito, o singular e o espaço público. In: LOBOSQUE, Ana M.; SILVA, Celso. (Org.). Saúde Mental – Marcos Conceituais e Campos de Prática. Belo Horizonte: CRP 04, 2013, p. 66-74.
8. MERHY, Emerson Elias. Os CAPS e seus trabalhadores: no olho do furacão 22 antimanicomial. Alegria e Alívio como dispositivos analisadores. In: MERHY, Emerson; AMARAL, Heloisa (Org.). A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano II. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007. p. 55-66. <http://www.uff.br/saudecoletiva/professores/merhy/capitulos-08.pdf>
9. MINAS GERAIS, Secretaria de Estado da Saúde. Atenção em Saúde Mental (LinhaGuia). Marta Elizabeth de Souza. Belo Horizonte: 2006. <http://www.saude.mg.gov.br/publicacoes/linha-guia/linhas-guia/LinhaGuiaSaudeMental.zip>;
11. OLIVEIRA, E. G.I Saúde mental na atenção básica de saúde: uma parceria com as equipes de saúde da família. In ABOU-YD, Mirian (org). Política de Saúde Mental de Belo Horizonte: O Cotidiano de uma Utopia. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, 2008. p. 17-26 <http://pt.scribd.com/doc/64803911/Politica-de-Saude-Mental-BH-Cotidiano-de-Uma-Utopia>
12. PITTA, Ana Maria Fernandes (org.). Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996. (SaúdeLoucura, 10)
13. SARACENO, B.; ASIOLI, F.; TOGNONI, G. Manual de Saúde Mental: Guia Básico para Atenção Primária. São Paulo; HUCITEC; 1994. 83 p. ilus. (SaúdeLoucura, 9).
14. SARACENO, Benedetto. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Rio de Janeiro: Te Corá/Instituto Franco Basaglia, 1999.
15. SIQUEIRA, Jaciara; BRAGA, Paulo. Formação Política dos Usuários da Saúde Mental. In. LOBOSQUE, Ana Marta (org.). Caderno de Saúde Mental, Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, nº 3, 2010. pp. 151-157.
16. SOARES, Marta. A Reforma Psiquiátrica e o Centro de

Convivência: invenções e outras práticas. In: LOBOSQUE, Ana M.; SILVA, Celso. (Org.). Saúde Mental – Marcos Conceituais e Campos de Prática. Belo Horizonte: CRP 04, 2013, p. 192-196.

17. SOUZA, Políbio José de Campos. Resposta à Crise: A Experiência de Belo Horizonte. In. LANCETTI, Antônio; CAMPOS, Florianita Braga (org.). Experiências da Reforma 23 Psiquiátrica. Saúde Loucura 9. São Paulo: Hucitec, 2010. pp. 101-1231. Saúde Pública.

A - Específico ao profissional de Psicologia:

1. BAPTISTA, M. N. DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar: Teoria, aplicações e casos clínicos. 2º edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2015.

2. BARBOSA, L. N.F. Reflexões sobre a ação do psicólogo em unidades de emergência. Rev. SBPH v.10 n.2 Rio de Janeiro, 2007. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582007000200009

3. CAMON, V. A. A (Org). Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática. 2º edição. São Paulo: Learning, 2015.

4. Código de Ética Profissional do Psicólogo.

5. Corrêa, S. S. O lugar do psicólogo no contexto de urgência e emergência. In: Anais do V Jornada de Psicologia no Hospital Municipal do Campo Limpo Blucher Medical Proceedings, v.1, n.5, p. 26-30. São Paulo, 2015. Disponível em:<<http://www%20proceedings.blucher.com.br/article-details/o-lugar-do-psicologo-no-conte%20%20xto-de-urgncia-e-emergencia-13952>><http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-lugar-do-psicologo-no-contexto-de-urgncia-e-emergencia-13952>>.

6. CUNHA, J. A. Psicodiagnóstico V. Porto Alegre: Artmed, 2007.

7. Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas.

8. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2º edição. Porto Alegre: Artmed, 2008

9. FADIMAN, J. FRAGER, R. Teorias da Personalidade. São Paulo:Harbra, 2002.

10. FRANCO, M. H. P. et al. Vida e Morte: Laços da Existência. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2011.

11. KOVÁCS, M. J. Educação para a morte; Temas e Reflexões. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012.

12. KOVÁCS, M. J. Morte e desenvolvimento Humano. São Paulo: Caso do Psicólogo, 2013.

13. KUBLER- ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

14. PARKES, C. M. Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.

15. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010 Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

16. SASSI, A. OLIVEIRA, S. Os desafios do psicólogo no atendimento a pacientes internados no pronto socorro. Psic. Rev. v. 23, n.1, 97-107, São Paulo, 2014. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/viewFile/20216/15041>>.

17. SCORSOLINI-COMIN, F. Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções. Psico-USF, v. 20, n. 1, p. 163-173. Bragança Paulista, 2015. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712015200115>>.

18. SOUZA, R. P. (Org). Manual de Rotinas de Humanização em Medicina Intensiva. Curitiba: Edição do autor, 2004.

19. VIEIRA, M. C. Atuação da Psicologia hospitalar na Medicina de Urgência e Emergência. HumanizaRevBrasClinMed. v.8, nº 6, p. 513. São Paulo, 2010. Disponível em:<<http://files.bvs.br/upload/S/1679-1010/2010/v8n6/a1602.pdf>>.

B - Específico ao profissional de Enfermagem:

1.RESOLUÇÃO COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

Leia-se:

Anexo III

EDITAL SEMUS VILHENA Nº 04/2017

SELEÇÃO DE CANDIDATOS ÀS VAGAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA MODALIDADE DE RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, EM INTENSIVISMO, REABILITAÇÃO FÍSICA E SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE PARA O PERÍODO LETIVO DE 2018.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA
CONHECIMENTOS GERAIS EM SAÚDE PÚBLICA PARA RESIDÊNCIA EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE EM ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E ATENÇÃO PSICOSSOCIAL, E EM ÁREA MULTIPROFISSIONAL DA SAÚDE EM URGÊNCIA/TRAUMA, EM INTENSIVISMO, REABILITAÇÃO FÍSICA E SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE.

1-Ceballos, Albanita Gomes da Costa. Modelos conceituais de saúde, determinação social do processo saúde e Modelos conceituais de saúde, determinação social do processo saúde e doença, promoção da saúde / Albanita Gomes da Costa Ceballos. – Recife: [s.n.], 2015.

2-Brasil. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: 2010.

3-Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Dengue: aspectos epidemiológicos, diagnóstico e tratamento / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2002. 20p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos, nº 176)

4-Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS : documento base para gestores e trabalhadores do SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – 3. Ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 52 p. : il. color. (Série B. Textos Básicos de Saúde)

5-Pereira, S. D. Conceitos e Definições em Epidemiologia importantes para Vigilância Sanitária Revisão Bibliográfica. São Paulo, março de 2007.

6-Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Atenção Básica / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 110 p. : il. – (Série E. Legislação em Saúde)

7-Estratégia Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família: diretrizes e fundamentos. Módulo Político Gestor. Elisabeth Niglio de Figueiredo

8-Vianna, L. A. C. Processo Saúde-Doença. Módulo Político Gestor.

9-BENITO, G.A.V., LICHESKI, A.P. Sistemas de informação apoiando a gestão em saúde. Rev. Bras. Enfermagem, Brasília, n.62, v.3, p.447-50, maio-jun, 2009.

10-MEDEIROS, K.R. et al. O sistema de informação em saúde como instrumento da política de recursos humanos: um mecanismo importante na detecção das necessidades da força de trabalho para o SUS. Ciência & Saúde Coletiva, n.10, v.2, p.433-40.

11-MEDEIROS, K.R. et al. O sistema de informação em saúde como instrumento da política de recursos humanos: um mecanismo importante na detecção das necessidades da força de trabalho para o SUS. Ciência & Saúde Coletiva, n.10, v.2, p.433-40.

12-Fontes de informação. Cap.4. <http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/livroidb/2ed/fontes.pdf>

13-Brasil. Ministério da Saúde. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009. 2 v. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). (Capítulos referentes a :SIH-SUS ; SIM: – Sinan; Sinasc:

ENFERMAGEM OBSTÉTRICA

1-ANVISA, RESOLUÇÃO RDC Nº 36, DE 3 DE JUNHO DE 2008. Dispõe sobre Regulamento Técnico para Funcionamento dos Serviços de Atenção Obstétrica e Neonatal.

2-BRASIL. Lei 7.498, de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do Exercício da Enfermagem e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde; 1986. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de jun. 1986. Seção 1, p.9273-5.

3-BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de compromissos para a saúde integral da criança e redução da mortalidade infantil / Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 80 p.

4-BRASIL. Ministério da Saúde. Grupo de Trabalho em Humanização do Parto e Nascimento. Cadernos HumanizaSUS: atenção hospitalar. Brasília: MS, 2012.

5-BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. 1. ed., Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 82 p.

6-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso: Método Canguru/ Ministério da Saúde,

Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2011. 204 p. :il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

7-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção à saúde do recém-nascido: guia para os profissionais de saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 1 v.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

8-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. Parto, Aborto e Puerpério: assistência humanizada a mulher. Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

9-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de ações programáticas e estratégicas. Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2011, 60p.

10-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2012. 318 p. (Manuais Técnicos) (Cadernos de Atenção Básica, nº 32.)

11-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. 112 p. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23).

12-BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Série B. Textos Básicos de Saúde; Cadernos HumanizaSUS, v. 2).

13-BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Atenção hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série B. Textos Básicos de Saúde; Cadernos HumanizaSUS, v. 3).

14-BRASIL. PORTARIA No- 1.459, DE 24 DE JUNHO DE 2011. Institui no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - a Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde 2011.

15-BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica: Controle dos cânceres do colo do útero e da mama; n. 13 Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 132p.: il

16-CARPENITO-MOYET, L J. Planos de cuidados de enfermagem e documentação – Diagnósticos de enfermagem. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011.

17-LEI nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

18-RESOLUÇÃO COFEN 311/2007. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2007.

19-RESOLUÇÃO COFEN nº 358/ 2009, que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem e a Implementação do Processo de Enfermagem em ambientes públicos ou privados, em que ocorre o cuidado profissional de Enfermagem, e dá outras providências.

20-RESOLUÇÃO COFEN-339/2008. Normatiza a atuação e a responsabilidade civil do Enfermeiro Obstetra nos Centros de Parto Normal e/ou Casas de Parto e dá outras providências.

21-RICCI SS. Enfermagem materno-neonatal e saúde da mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 712p. Unidade 02: Saúde da mulher ao longo da vida. Unidade 03: Gravidez. Unidade 04: Trabalho de parto e parto. Unidade 05: Período pós parto. Unidade 06: O recém-nascido.

22-TANNURE, M. C., Gonçalves, Ana Maria Pinheiro. Sistematização da assistência de enfermagem: guia prático. 2. ed. Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 2010. 298p.

23-VICTORA C..G. Saúde das mães e crianças no Brasil: progressos e desafios. Lancet. 2011;377(9780):1863-76. 2011

24-SOBOTTA, Johannes et al.. Sobotta atlas de anatomia humana. 23. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

25-ZUGAIB M. Zugaib Obstétrica, 3ª ed, SP: Manole, 2016.

ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Específico ao profissional de Psicologia:

1.AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

2. BARLON, D. H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: Tratamento passo a passo. 5ª edição, Porto Alegre, Artmed, 2016.

3. BOTEGA, N. J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2017.

4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. PORTARIA Nº 148, DE 31 DE JANEIRO DE 2012. Define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial, e institui incentivos financeiros de investimento e de custeio. Brasília, 2012.

5. CHENIAUX, E. Manual de psicopatologia. 5ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2015.

6. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. A regulação dos serviços de saúde mental no Brasil: Inserção da Psicologia no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar. Brasília, 2003.

7. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Contribuições do Conselho Federal de Psicologia para a constituição da Rede de Atenção Psicossocial no Sistema Único de Saúde a partir do decreto 7.508/2011. Brasília, 2011.

8. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 002, de 24 de março de 2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. Brasília, 2001.

9. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília, 2002.

10. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

11. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 013, de 14 de setembro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, 2007.

12. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Senhoras e Senhores Gestores da Saúde: Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS. Brasília, 2011.

13. CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: Consulta Rápida. 5ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2015.

14. CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

15. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiótica dos Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

16. NEUFELD, C. B. Terapia Cognitivo Comportamental em grupos: das evidências à prática. Porto Alegre, Artmed, 2017.

17. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.

18. PAPALIA, D. E. FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2013.

19. PASSOS, R. G. COSTA, R. A. SILVA, F. G. Saúde mental e os desafios atuais da atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

20. STERIAN, A. Emergências Psiquiátricas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Específico ao profissional de Enfermagem:

1-BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/doc_base.pdf

2-BRASIL. Ministério da Saúde. Programa Nacional de Imunização. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=21483

3-BRUNNER, L.S, SUDDARTH, D.S – Tratado de Enfermagem Médica-Cirúrgica. 11ª. Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008

4-CALIL, A.M. (Org.) PARANHOS, W.Y. (Org.) O enfermeiro e as situações de emergência. 2ª edição. São Paulo, 2007

5-CARMAGNANI, M.I. Procedimentos de Enfermagem – Guia Prático. 1ª Edição, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

6-Carvalho MB. Psiquiatria para enfermagem. 1º ed. São Paulo: Rideel; 2012.

7-FREITAS, G.F., OGUISSO, T. Ética no contexto da prática de enfermagem. Rio de Janeiro: medbook, 2010.

8-HARADA MJCS (Org.) Gestão em enfermagem: ferramenta para prática segura. São Caetano do Sul, SP: Yendis; 2011.

9-HM, Bueno SMV. Saúde Mental novas perspectivas. São Caetano do Sul: Yendis Editora Ltda 1º ed; 2011.

10-KURCGANT P. coordenadora. Gerenciamento em enfermagem. 2ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2010.

11-Lei 12.527/11 que regulamenta o Acesso à informação. 1o Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

12-MARCOLAN, J.F., A Contenção Física do Paciente: uma abordagem terapêutica, São Paulo: edição do autor, 2004.

13-MARTINS, H.S., SCALABRINI NETO, A., VELASCO, I.T. Emergências clínicas baseadas em evidências: disciplina de emergências Clínicas. São Paulo: Editora Atheneu, 2005.

14-MARTINS, HS; DAMASCENO, MC; AWADA, SB. Pronto-Socorro. 2ª edição, São Paulo: Manole, 2008.

15-MELLO IM. Bases psicoterápicas da enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2008.

16-NANDA. Diagnósticos de Enfermagem: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.

17-STEFANELLI, MC et al. Enfermagem Psiquiátrica: em suas dimensões assistenciais: Manole. Barueri, São Paulo, 2008.

18-Viana DL, Harada MCS, Pedreira MLG. Promoção da saúde: fundamentos e práticas. São Caetano do Sul: Yendis Editora Ltda; 2013.

Específico ao profissional de Serviço Social:

1-ACOSTA, A. R; VITALE, M.A.F. Família: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais. PUC/SP, 2005.

2-BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

3-BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

4-BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

5-BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de Junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social – Código de Ética.

6-BRASIL. Decreto Federal nº 7.179 de 20 de Maio de 2010. Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas.

7-BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização: A Humanização como Eixo Norteador das Práticas de Atenção e Gestão em Todas as Instâncias do SUS/ Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

8-BRAVO., M.I., VASCONCELOS, E.S. (org.). Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2004.

9-MIOTO, R. Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias. In: Direitos Sociais e Competências Profissionais. p.377-392, Brasília: CFESS ABEPSS, 2009.

10-RAICHELIS, R. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: Direitos Sociais e Competências Profissionais. p. 377-392, Brasília: CFESS ABEPSS, 2009.

11-VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.). Saúde Mental e Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2000.

URGÊNCIA E TRAUMA

Específico ao profissional de Psicologia:

1.ALMEIDA, D. W. N. REGO, V. P. Transtorno de Estresse pós-traumático no trabalho (TEPT). Novas edições acadêmicas, 2015.

2.ANGERAMI-CAMON, V. A. Urgências psicológicas no hospital. São Paulo: Pioneira, 1998.

3.BAPTISTA, M. N. DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar: Teoria, aplicações e casos clínicos. 2º edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2015.

4.BAPTISTA, M. N. TEODORO, M. L. M. Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2012.

5.ARLON, D. H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: Tratamento passo a passo. 5ª edição, Porto Alegre, Artmed, 2016.

6.BOTEGA, N. J. Prática psiquiátrica no hospital geral: interconsulta e emergência. 2ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2017.

7.CAMON, V. A. A. Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática. 2º edição. São Paulo: Learning, 2015.

8.CHENIAUX, E. Manual de psicopatologia. 5ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2015.

9.CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 002, de 24 de março de 2003. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP nº 025/2001. Brasília, 2001.

10. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 007, de 14 de junho de 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Brasília, 2002.

11. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 010, de 21 de julho de 2005. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.

12. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 013, de 14 de setembro de 2007. Institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional de Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Brasília, 2007.

13. CORDIOLI, A. V. et al. Psicofarmacos: Consulta Rápida. 5ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2015.

14. CUNHA, J. A. et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2000.

15. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

16. DINIZ, L. F. M. et al. Avaliação neuropsicológica. Porto Alegre, Artmed, 2010.

17. _____. Neuropsicologia: Aplicações clínicas. Porto Alegre. Artmed, 2016.

18. FRANCO, M. H. P. et al. Vida e Morte: Laços da Existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

19. FRANCO, M. H. P. A intervenção psicológica em emergências: Fundamentos para a prática. São Paulo. Summus. 2015.

20. FRIEDMAN, M. Transtorno de estresse agudo e pós-traumático. 4ª edição, Porto Alegre, Artmed, 2009.

21. GIGLIO-JACQUEMOT, A. Urgências e emergências em saúde: Perspectivas de Profissionais e Usuários. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

22. GILDO, A. Terapia cognitiva-comportamental no tratamento da dor. São Paulo, Casa do psicólogo, 2014.

23. GOMES, J. A. et al. Reabilitação Neuropsicológica: Abordagem interdisciplinar e modelos conceituais na prática clínica. Porto Alegre, Artmed, 2012.

24. KITAJIMA, K. et al. Psicologia em unidade de terapia intensiva: critérios e rotinas de atendimento. 1ª edição, Rio de Janeiro, Revinter, 2014.

25. KUBLER-ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

26. KOVÁCS, M. J. Educação para a morte; Temas e Reflexões. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2012.

27. _____. Morte e desenvolvimento Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.

28. MELO, M. F. FIKS, J. P. Transtorno de estresse pós-traumático: Violência, medo e trauma no Brasil. Atheneu. 2012.

29. MINUCHIN, S. NICHOLS, M. P. LEE, W. Famílias e casais: do sintoma ao sistema. Porto Alegre, Artmed, 2009.

30. NEUFELD, C. B. Terapia Cognitivo Comportamental em grupos: das evidências à prática. Porto Alegre, Artmed, 2017.

31. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.

32. PAPALIA, D. E. FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2013.

33. PEREIRA, J. A. et al. Reflexões sobre a ação do psicólogo em unidades de emergência. Rev. SBPH. v.10, nº. 2, p. 73, Rio de Janeiro, 2007.

34. PEREZ, G. H. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do Psicólogo.

35. SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. São Paulo, Casa do psicólogo, 2004.

36. STERIAN, A. Emergências Psiquiátricas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

Específico ao profissional de Enfermagem:

1. Advanced Trauma Life Support (Suporte Avançado de Vida no Trauma) - ATLS, 9ª edição, 2014.

2. BARACAT, E. C. E.; ABRAMOVICI, S. Emergências Pediátricas. São Paulo: Atheneu, c. 2006.

3. BRUNNER, L. S. SUDDARTH, D. S. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde - Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 178p. Disponível em: Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

5. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. 1.ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 182.p. Disponível em: Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

6. BRASIL. Segurança do paciente em serviços de saúde: limpeza e desinfecção de superfície. Brasília: ANVISA, 2012. 118p. Disponível em:

Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

7. CALIL, A. M.; PARANHOS, W. Y. O Enfermeiro e as Situações de Emergência. São Paulo: Atheneu, 2007.

8. COFEN. Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

9. Doenças Infecciosas e Parasitárias: Guia de Bolso. 8.ed. Revista. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 444p. Disponível em: Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

10. ERAZO, G. A. C & PIRES, M. T.B. Manual de Urgência em Pronto Socorro. MEDSI, 2006.

11. FONSECA, A. S.; PETERLINI, F. L.; COSTA, D. A. Segurança do Paciente. 1.ed. São Paulo: Martinari, 2014. 276p.

12. Highlights AHA Guidelines 2015: <http://eccguidelines.heart.org/wp-content/uploads/2015/10/2015-AHA-Guidelines-Highlights-Portuguese.pdf>. Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

13. KURCGANT, P. Administração em Enfermagem. São Paulo: EPU, 2006. 8ª reimp

14. KNOBEL, E.; LASELVA, C. R.; JUNIOR, D. F. M. Terapia Intensiva: Enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2006. 636p.

15. Secretaria Executiva - Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS - Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco: um Paradigma Ético estético no Fazer em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 48p. Disponível em: . Acesso em: 20 de Dezembro de 2017.

16. WOODS, S. L.; FROELICHER, E. S.; MOTZER, S. U. Enfermagem em Cardiologia. 4.ed. São Paulo: Manole, 2005. 1077p

Específico ao profissional de Farmácia:

1. BARROS, J. A. C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde. Brasília: UNESCO, 2004.

2. BISSON, P. Farmácia Hospitalar: um enfoque em sistemas de saúde. 1.ed. São Paulo: Manole, 2002.

3. BRUNNER, L. S. SUDDARTH, D. S. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

4. CAMPBELL, M. K. Bioquímica. Porto Alegre: Artmed, 2000. STRYER, L. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

5. CASTRO, L. L. C. Fundamentos de Farmacoepidemiologia: Uma introdução ao estudo da Farmacoepidemiologia. Campo Grande: GRUPURAM, 2001.

6. GIOVANNI, G. A. Questão dos remédios no Brasil. São Paulo: Polis, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Política Nacional de Medicamentos. Brasília: MS, 1999.

7. GOODMAN & GILMAN. As bases farmacológicas da terapêutica. 10.ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2003.

8. LIMA, D. R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.

9. NEGRI, B. O Sistema Único de Saúde em dez anos de desafio. São Paulo: Sobravime, 2002.

10. RANG, H. P. et al. Farmacologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

11. RAVEL, R. Laboratório clínico: aplicações clínicas dos dados laboratoriais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

12. SACHER, R. Interpretação clínica dos exames laboratoriais. São Paulo: Manole, 2001.

13. TORTORA, G. [et al.]. Microbiologia. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BLACK, J. Microbiologia: fundamentos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

14. VOET, D.; VOET, J.; PRATT, C. W. Fundamentos de bioquímica. Porto Alegre: Artmed, 2002

15. ZUBIOLI, A. A farmácia clínica na farmácia comunitária. Brasília: Ethosfarma, 2001.

Específico ao profissional de Fisioterapia:

1. CARVALHO, C. R. R. Ventilação Mecânica Vol. I - Básico. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.

2. DPOC: o impacto da oxigenoterapia domiciliar no tratamento. Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia. Pneumologia [online]. 2000, vol.26, n.6.

3. FILIPPIN, L. I. WAGNER, M. B. Fisioterapia baseada em evidência: uma nova perspectiva. Revista Brasileira de Fisioterapia. v. 12, p. 432-433, 2008.

4. HAFEN, K.; FRANDSEN, Brent. KEITH, K. Primeiros Socorros para estudantes. 7.ª edição, Manole, 2002.

5. HOPPENFELD, S. Propedêutica Ortopédica: Coluna e Extremidades. Ed. Atheneu, São Paulo, 1999.

6. KNOBEL, E. Condutas no Paciente Grave. São Paulo: Ed. Atheneu.

7. LAGO, A. P.; RODRIGUES H.; INFANTINI R. M. Fisioterapia Respiratória Intensiva. São Paulo: CBBE, 2010.

8. MARQUES, A. P. PECCIN M. S. Pesquisa em fisioterapia: a prática

baseada em evidências e modelos de estudos. *Fisioterapia & Pesquisa*. v. 11, pg 43- 48, 2005.

9.MARTINS, H. S. Pronto Socorro: Diagnóstico e Tratamento em Emergências. Ed:2008, São Paulo.

10.PORTO, C. C. Exame Clínico: Bases para a Prática Médica. 5 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

11.SARMENTO, G. J. V. Fisioterapia Respiratória no Paciente Crítico. São Paulo: Ed. Manole, 2005. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica, 2007.

12.WEST, J. B. Fisioterapia – Princípio básico – 9º Ed. 2013.

Específico ao profissional de Serviço Social:

1.A Questão Social no Capitalismo. Revista Temporales, ABEPSS, 2001, n. 3, p.9 – 31. LESSA, S. A Emancipação Política e a Defesa dos Direitos. Serviço Social e Sociedade, n. 90, p. 34 – 57.

2.ABRAMIDES, Maria Beatriz. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro- Tese de Doutorado 2006. BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. Ed. Cortez. São Paulo. 2003.

3.AMÂNCIO-FILHO, A. Dilemas e desafios da formação profissional em saúde. Interface. Comunic, Saúde, Educ, v. 8, n. 15, p. 375- 380, mar./ agô. 2004.

4._____. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde.

5._____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Programa Nacional de Humanização da Assistência Hospitalar. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Assistência à Saúde, 2001

6._____. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: grupo de trabalho de humanização: GTH / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

7.ANDRADE, Priscilla Maia de. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 1. ed. Brasília, DF:

8.ANDRADE, Priscilla. Maia de. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1. ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

9.AROUCA, A. S. S. Saúde e democracia. Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-47.

10.ASSUMPTÃO, P. F. S. A integralidade em saúde e o debate do serviço social.f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Florianópolis: UFSC, CSE, PGSS, 2007.

11.BERNSTAIN, Saul. Sondagem em Serviço Social de Grupo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

12.BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. PORTARIA Nº 224/MS, de 29 de Janeiro de 1992.

13.BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. 6º edição. Brasília: 2006.

14.BRASIL. Lei Federal nº 10.216 – de 06 de Abril de 2001. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionamento do modelo assistencial em Saúde Mental.

15.BRASIL. PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde

16.BRASIL. PORTARIA/GM nº 336 - De 19 de fevereiro de 2002 Estabelece os tipos de CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS i II e CAPS ad II, e seu modelo de funcionamento

17.BRAVO, M. I. S. Serviço Social e reforma sanitária: lutas sociais e práticas profissionais. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.

18.BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217.

19.Campo, GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

20.CASTRO, Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 2003.

21.COSTA E.M.A; Carbone M.H. Saúde da família – uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro:Rubio; 2004.

22.Costa Santos R - Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. Revista Interface — Comunicação, Saúde, Educação. Teixeira R.S. (editor), v. 9, n. 17. Campus da UNESP, Botucatu (SP), pp. 235-248, ago-2005.

23.Diretrizes e normas para o atendimento ambulatorial – SIA / SUS / Unidade Básica / CAPS / Hospital Psiquiátrico, etc

24.FAZENDA, Ivani Catarina A. Fazenda, Interdisciplinaridade, um projeto de parceria. Ed. 3/ ED Loyola, São Paulo: junho de 1995.

25.GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, n. 62, 2000.

26._____. A instrumentalidade do serviço social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

27._____. A propósito da instrumentalidade do Serviço Social. In. Debates Sociais. Rio de Janeiro: n. 63 e 64, CBCISS & ICSW, 2004.

28.IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na divisão do trabalho. In: _____. Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992, p. 87-112.

29.IAMAMOTO, Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

30.IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Revista da Associação de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília: Graffline, ano 2, n. 3,p. 9-32, jan.-jul. 2001.

31._____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009. 112

32._____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

33._____. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

34._____. Política de saúde no Brasil. In: MOTTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 88-110.

35. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 1992.

36.IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004. _____.

37.Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

Específico ao profissional de Odontologia:

1.Andrade, E.D. Terapêutica medicamentosa em odontologia. São Paulo, Artes Médicas, 1999.

2.ANDREASEN, J. O.; ANDREASEN, F. M. Fundamentos de traumatismo dental: guia de tratamento passo a passo. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001. 187p.

3.BASTONE, E. B.; FREER, T. J.; McNAMARA, J. R. Epidemiology of dental trauma: a review of the literature. Aus- tralian Dental Journal, 2000, v. 45, p. 2-9. Disponível em: <http://www.rutlandcc.com/images/img/70125132.pdf> Acesso em: 10 jun. 2011.

4.BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção À Saúde. Departamento de Atenção Básica. Coordenação Nacional de Saúde Bucal. Projeto SB Brasil 2003: Condições de saúde bucal da população brasileira 2002-2003 – Resultados Principais. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 51p.

5.Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva Urgência e emergência: sistemas estaduais de referência hospitalar para o atendimento de urgência e emergência / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva. Brasília : Ministério da Saúde, 2001. 28p.

6.CONGRESSO PAULISTA DE TÉCNICOS EM PRÓTESE DENTÁRIA. Atualização em prótese dentária: interrelação clínica laboratório. São Paulo: Santos, 1997. 215p.

7.CORTES, M. I. S.; MARCENES, W.; SHEIHAM, A. Prevalence and correlates of traumatic dental injuries to the teeth of schoolchildren aged 9 to 14 in Belo Horizonte, Brazil. Endodontics & Dental Traumatology, 2000. v. 17, p. 22-26.

8.DIRETRIZES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE BUCAL. Disponível em http://bvms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_brasil_sorridente.pdf >

9.FLORES, M. T. et al. _____. Section II – Avulsion of permanent teeth. Dental Traumatology, 2007. v. 23, p. 130-136.

10.FLORES, M. T. et al. _____. Section III – Primary teeth. Dental Traumatology, 2007. v. 23, p. 196-202.

11.FLORES, M. T. et al. Guidelines for the management of traumatic dental injuries. Section I – Fractures and luxations of permanent teeth. Dental Traumatology, 2007. v. 23, p. 66-71.

12.Fonseca RJ, Walker RV. Oral and maxillofacial trauma. Saunders, Philadelphia. 2st. Ed., 2004.

13.FORSBERG, C. M.; TEDESTAM, G. Etiological and predisposing factors related to traumatic injuries to permanent teeth. Swedish Dental Journal, 1993. v. 17, n. 6, p.183-190.

14.LEVIN, L.; ZADIK, Y. Education on and prevention of dental trauma:

it's time to act!. Dental Traumatology, Denmark, 2012. v. 28, p. 49-54.

15. Malamed, S.F. Manual de anestesia local. Rio de Janeiro, 5.ed, Rio de Janeiro: Elsevier. 2005. 320p.

16. Manganello-Souza L. C. Tratamento cirúrgico do trauma bucomaxilofacial. 3 ed. Ed. Roca, São Paulo. 2006.

17. MARCENES, W.; ALESSI, O. N.; TRAEBERT, J. Causes and prevalence of traumatic injuries to the permanent incisors of school-children aged 12 years in Jaraguá do Sul, Brazil. International Dental Journal, London, 2000. v. 50, p. 87-92.

18. MARCENES, W.; ZABOT, N. E.; TRAEBERT, J. Socio-economic correlates of traumatic injuries to the permanent incisors in schoolchildren aged 12 years in Blumenau, Brazil. Dental traumatology, Denmark, 2001. v. 17, p. 222-226.

19. Marques, I. H. S. Socorro básico de emergência na clínica odontológica. 1a ed. ABO, São Paulo. 2013. 340p.

20. MESQUITA, E.; CE, G.; TADDEU FILHO, M. Prótese unitária. Florianópolis: Ponto, 2008. 296p.

21. Misch C. Implantes dentários contemporâneos. Ed. Elsevier. 3a ed. 2009.

22. Neville, BW.; Damm DD; Allen CM; Bouquet JE. Patologia Oral e Maxilofacial. Saunders Elsevier 3a Edição 2009.

23. Nota Técnica No 01/2014 - Registro de procedimento odontológico em Ambiente Hospitalar. Disponível em http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/notas_tecnicas/nt_procedimentos_odontologicos_aih.pdf

24. Nota Técnica Portaria 1.032/GM - Tratamento Odontológico para Pacientes com Necessidades Especiais em Ambiente Hospitalar. Disponível em http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/notas_tecnicas/nt_portaria_tratamento_pn_e.pdf

25. PETERSEN, P. E. et al. The global burden of oral diseases and risks to oral health. Bull World Health Organ, 2005. v. 83, n. 9, p. 661-669.

26. Peterson LJ et al. Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea. 4 ed. - Elsevier, 2005.

27. RIBEIRO, Maurício Serejo. Manual de prótese total removível. São Paulo: Santos, 2007. 123p.

28. RIBEIRO, Maurício Serejo; SALVADOR, Milton Carlos Gonçalves. Manual de laboratório prótese total. 2. ed. São Paulo: Santos, 2007. 123p.

29. Sobotta J. Atlas de Anatomia Humana – 21a ed. - Guanabara Koogan, 2000.

30. Sonis, S.T.; Fazio, R.C.; Fang, L. Medicina Oral. 3 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 1989. 497p.

31. TELLES, D. de M. Prótese total: convencional e sobre implantes. São Paulo: Santos, 2009. 492p.

32. Topazian RG, Goldberg MH. Infecções Orais e Maxilofaciais. Ed. Santos, São Paulo, 4a Ed., 2006.

33. TRAEBERT, J. et al. Prevalence of traumatic dental injury and associated factors among 12-year old school children in Florianópolis, Brazil. Dental traumatology, Denmark, 2003. v. 19, p. 15-18.

34. Trindade IEK, Silva-Filho, OG. Fissuras Labiopalatinas – Uma abordagem interdisciplinar. Ed. Santos, São Paulo, 2007.

35. TURANO, Jose Ceratti; TURANO, Luiz Martins; TURANO, Marcello Villas-Bôas. Fundamentos de prótese total. 9. ed. São Paulo: Santos, 2010. 569p.

INTENSIVISMO

Específico ao profissional de Enfermagem:

1-AMARANTE, L. N.; ROSSETTO, A. P.; SCHNEIDER, D. G. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva sustentada pela Teoria de Wanda Horta. Revista Escola Enfermagem USP. vol.43, n.1, p. 54-64. 2009.

2-American Heart Association. Destaques das diretrizes da AHA 2015 para RCP e ACE.

3-ANDRADE, J.S.; VIEIRA, M.J. Prática assistencial de enfermagem: problemas, perspectivas e necessidade de sistematização. Revista Brasileira Enfermagem, v. 58, n. 3, p. 261-5, 2005.

4-BRASIL. Lei n. 7498 de 25 de julho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de julho de 1986. Seção 1, p. 9273-5.

5-_____. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

6-BRUNNER, L. S. SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem médico-cirúrgica. 9. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

7-FUGULIN, F. M. T, GAIDZINSKI R. R. Horas de assistência de enfermagem: análise comparativa de parâmetros. Nursing (São Paulo). V. 3, nº 23, p. 30- 34, 2000.

8-FURUKAWA, P. O.; CUNHA, I. C. K. O. Perfil e competências

de gerentes de enfermagem de hospitais acreditados. Rev.Latino-Am. Enfermagem. v. 19, n. 1, p. 9, 2011.

9-GONÇALVES, L. A, PADILHA, K. G. Fatores associados à carga de trabalho de enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva. RevEscEnfermUSP. v. 41, nº , p. 645-52, 2007.

10-KURGANT, P. Gerenciamento em Enfermagem. – 2. Edição . [Reimpr.]. Guanabara Koogan, 2012.

11-NISHIDE, V. M; CINTRA, E. A; NUNES, W. M. Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo. EPU, 2 ed. São Paulo, 2003.

12-NISHIDE, V. M; CINTRA, E. A; NUNES, W. M. Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo. EPU, 2 ed. São Paulo, 2003.

13-NISHIDE, V. M; CINTRA, E. A; NUNES, W. M. Assistência de Enfermagem ao paciente gravemente enfermo. EPU, 2 ed. São Paulo, 2003.

14-SANTOS, N. C. M. Enfermagem na Prevenção e Controle da Infecção Hospitalar. 4ª ed. São Paulo: látria, 2010.

15-SCHEIDT, K. L. S. et al. As ações de biossegurança implementadas pelas comissões de controle de infecções hospitalares. 2006.

16-TURRINI, R. N. T. Percepção das enfermeiras sobre fatores de risco para a infecção hospitalar. 2000.

Específico ao profissional de Farmácia:

1.BARROS, J. A. C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde. Brasília: UNESCO, 2004.

2.BISSON, M. P. Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Ed. Manole, 2ª Ed, São Paulo, 2007.

3.BISSON, P. Farmácia Hospitalar: um enfoque em sistemas de saúde. São Paulo: Manole, 2002.

4.CAVALLINI, M. E. BISSON, M. P. Farmácia Hospitalar - Um enfoque em sistemas de saúde. Ed. Manole, 1ª Ed, Barueri, 2002.

5.GOODMAN, L. GILMAN. A. As bases farmacológicas da terapêutica. 10ª ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2003.

6.LIMA, D. R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.

7.RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. Farmacologia. Ed. Guanabara Koogan, 7ª Ed., Rio de Janeiro, 2011.

8.SCHETTINO, G. et. al. Paciente crítico: diagnóstico e tratamento. 2 ed. Barueri: Manole; 2012

Específico ao profissional de Fisioterapia:

1.ANDRADE, F. M. D. et al. Avaliação Fisioterapêutica em Terapia Intensiva. Programa de Atualização – PROFISIO: ciclo 1, módulo 1 – Porto Alegre: Artmed Panamericana, 2010.

2.BARBOSA, N. M. Acompanhamento do RN de alto risco. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

3.BARTHOLO, T. P.; GOMES, M. M.; FILHO, A. J. N.DPOC: o impacto da oxigenoterapia domiciliar no tratamento domiciliar.

4.BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde da Criança. Atenção humanizada ao recém-nascido de baixo peso. 2013.

5._____. Condutas no Paciente Grave. 3 a ed. Vol 2. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.

6._____. Diretrizes para Assistência Ventilatória. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2009.

7._____. Fisioterapia Respiratória Básica. Atheneu. 1999.

8. CAETANO, L. C. Vivendo no Método Canguru: a tríade mãe-filho-família [tese]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2004

9. CARVALHO, C. R. R. Ventilação Mecânica Vol. I - Básico. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.

10. CARVALHO, W. B. et al. Ventilação pulmonar mecânica em pediatria e neonatologia. São Paulo: Atheneu, 2004.

11. COSTA, D. Fisioterapia Respiratória Básica. São Paulo: Atheneu, 2002.

12. DAVID, C. M. Ventilação mecânica: da fisiologia à prática clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

13. DAVID, C. Ventilação mecânica. Rio de Janeiro: Revinter, 2006.

14. DINIZ, E. M. A.; VAZ, F. A. C.; RAMOS, J. L. Surfactante pulmonar. Pediatría.p. 675-692, 2004.

15. DONALD, M. G. M. et al. Neonatologia. Fisiopatologia e tratamento do Recém-nascido. 4.ed. São Paulo: Medsi, 1999.

16. EMMERICH, J. C. Suporte Ventilatório- Aplicação Prática. 3a edição. Revinter, 2008.

17. FRANÇA, E. É. T. et al. Fisioterapia em Pacientes Críticos Adultos: Recomendações do Departamento de Fisioterapia da Associação de Medicina Intensiva Brasileira. Revista Brasileira de Terapia Intensiva: v. 24, nº 1, p. 6-22, 2012.

18. FREDDI, N.A.; PROENÇA FILHO, J.O.; FIORI, H.H. Terapia com

surfactante pulmonar em pediatria. *Jornal de Pediatria*, v. 79, n. 2, p. 205-212, 2003.

19.GAMBAROTO, G. *Fisioterapia Respiratória em Unidade de Terapia Intensiva*. São Paulo: Atheneu, 2006.

20.GUIMARÃES, P. et al. *Guia de Bolso de UTI*. Atheneu, 2009

21.HOPPENFELD, S. *Propedêutica Ortopédica Coluna e extremidades*. São Paulo: Atheneu, 2006.

22.JOSÉ, A.; OKAMOTO, V. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica. *Revista Brasileira de Terapia Intensiva*, v. 19, nº3, 2007.

23.KNOBEL, E. *Condutas no Paciente Grave*. 3 a ed. Vol 1. Rio de Janeiro: Atheneu, 2006.

24.KNOBEL, E. *Pneumologia e Fisioterapia respiratória*. Ed Atheneu. 2004.

25.LAGO, A. P.; RODRIGUES H.; INFANTINI R. M. *Fisioterapia Respiratória Intensiva*. São Paulo: CBBE, 2010.

26.LAHÓZ, A. L.; NICOLAU, C. M.; PAULA, L. C.; JULIANI, R. C. *Fisioterapia em UTI Pediátrica e Neonatal*. São Paulo: Manole, 2009.

27.LOPES, J. M. A.; FIORI, R.; BEVILACQUA, G. *Terapêutica com surfactante pulmonar*. *Pediatria moderna*. v. 45, n. 6, p. 17-24, 2000.

28.MACHADO, A. *Neuroanatomia Funcional*. 2a edição. São Paulo: Atheneu, 2006.

29.MACHADO, M. G. R. *Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia intensiva e Reabilitação*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 2008.

30.MOCELIN, H. T. et al. *Oxigenoterapia domiciliar em crianças: relato de sete anos de experiência*. *J. Pneumologia*. v. 26 n. 6, São Paulo: 2000.

31.NAKAGAWA, N. K.; BARNABÉ, D. *Fisioterapia do Sistema Respiratório*. Sarvier. 2006.

32.NET, Â.; BENITO, S. *Ventilação Mecânica*. Rio de Janeiro: Revinter, 2002.

33.PRESTO, B.; DAMÁZIO, L. *Fisioterapia na UTI*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

34.PRESTO, B.; PRESTO, L. *Fisioterapia Respiratória – Uma nova visão*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

35.PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto: Ciclo 4/v.1 – Dias, CM; Martins, JA. Porto Alegre: Artmed/Panamericana, 2014.

36.PROFISIO Programa de Atualização em Fisioterapia em Terapia Intensiva Adulto: Ciclo 4/v.2 – Dias, CM; Martins, JA. Porto Alegre: Artmed / Panamericana, 2014.

37.REGENGA, M. M. *Fisioterapia em Cardiologia- Da UTI à Reabilitação*. 2000

38.RHODIUS, E.; CANEVA, J.; SIVORI, M. *Consenso Argentino de Oxigenoterapia Crônica Domiciliar*. *Medicina*. v. 58, nº 2, 2000.

39.SANVITO, W L. *Propedêutica neurológica básica*. São Paulo: Atheneu, 2002. 16.

40.SARMENTO, G. J. V. *Fisioterapia Respiratória Em Pediatria e Neonatologia*. Ed Manole, 2011.

41.SARMENTO, G. J. V. *Fisioterapia Respiratória no Paciente Crítico*. 3ª Edição; Ed Manole, 2010

42.SARMENTO, G. J. V.; CARVALHO, F.A.; PEIXE, A. A. F. *Fisioterapia Respiratória em Pediatria e Neonatologia*.

43.SCANLAN, C. L.; WILKINS, R. L.; STOLLER, J. K. *Fundamentos da Terapia Respiratória de Egan*. São Paulo: Mosby, 2009.

44.SCHETTINO, G.P.P. III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica. http://www.jornaldepneumologia.com.br/PDF/Suple_151_47_3cap3.pdf. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA.

45.SCOCHI, C. G. S. *A humanização da assistência hospitalar no bebê prematuro: bases teóricas para o cuidado de enfermagem[tese]*. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. São Paulo, 2000.

46.ULTRA, R. B. *Fisioterapia Intensiva*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

47.WALLACH, J. *Interpretação de Exames de Laboratório*. 6ª Ed. Medsi. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

48.WEST, J. B. *Fisiologia respiratória*. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

49.WEST, J. B. *Fisiologia respiratória: princípios básicos*. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

50.WEST, J. B. *Fisiopatologia Pulmonar Moderna*. 4ª ed. Ed Manole, 2004.

51.WILLIAM, E. P.; VOIGHT, M. L. *Técnicas em Reabilitação Musculoesquelética*. 2003.

52.ZEFERINO, M. T.; SILVA, A. S. *Diretrizes para oxigenoterapia domiciliar*. Secretaria de Estado da Saúde. Florianópolis: Segmento Farma, 2004.

Específico ao profissional de Serviço Social:

1.ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. *Formação do assistente social no Brasil e a consolidação do projeto ético-político*. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, ano 25, n.79, p.72-81, set. 2004.

2.ABRAMIDES, M. B. *O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro- Tese de Doutorado* 2006.

3.ALMEIDA M. C. P, MISHIMA, S. M. *O desafio do trabalho em equipe na atenção à Saúde da Família: construindo "novas autonomias" no trabalho*. *Interface comunicação, saúde, educação* 2001; 9:150-153.

4.BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. Ed. Cortez. São Paulo. 2003.

5.BRASIL. Ministério da Saúde. *Departamento de Atenção Básica. Guia prático do programa de saúde da família*. Brasília; 2001.

6.BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *RESOLUÇÃO Nº 7, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2010*. Ministério da Saúde.

7.BRASIL. PORTARIA Nº 2.600, DE 21 DE OUTUBRO DE 2009. *Aprova o Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes*. 2009.

8.BRAVO, M. I. S. *Serviço Social e Reforma Sanitária: lutas sociais e práticas profissionais*. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

9.BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. *Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate*. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217.

10.CARVALHO, G. I. *Sistema Único de Saúde. Comentário a Lei Orgânica de Saúde (leis 8.080/90 e 8142/90)*. Campinas: Unicamp, 2001.

11.CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução n.º 1.480, de 8 de agosto de 1997. Regulamenta critérios para o diagnóstico de morte encefálica* [Online]. [citado em 2008 Abr].

12.COSTA, M. D. H. *O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos (as) assistentes sociais*. In: *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 62, 2000.

13.FALEIROS, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

14.FALEIROS, V. P. *Tecnocracia e assistencialismo no capitalismo autoritário. O Serviço Social na Previdência Social dos anos 70*. In: *O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

15.FAZENDA, I. C. A. *Fazenda, Interdisciplinaridade, um projeto de parceria*. Ed. 3/ ED Loyola, São Paulo: junho de 1995.

16.FERNANDES, M. DOLORES G. A. *Prática do Assistente Social em doações de Órgãos e tecidos para transplantes*. *Revista Serviço Social-H.C. Faculdade De Medicina de São Paulo*, 1995.

17.GUIRARDELLO E. B. et al. *A percepção do paciente crítico sobre sua permanência na unidade de terapia intensiva*. *Rev. Esc. Enfermagem da USP, São Paulo*, 1999 jun.; 33: (2): 123-9.

18.IAMAMOTO, M. V. *A questão social no capitalismo*. *Revista da Associação de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília: Grafline*, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan.-jul. 2001.

19.IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2004.

20.IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

21._____. *As dimensões ético-política e teórico-metodológica no Serviço Social contemporâneo*. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-196.

22._____. *Política de saúde no Brasil*. In: *Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2009, p. 88-110.

23.MARTINS J. J. et al. *O acolhimento à família na Unidade de Terapia Intensiva: conhecimento de uma equipe multiprofissional*. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*. v. 10, nº 4, p. 1091- 101, 2008.

24.PALIARI, S. M.A. *Abordagem familiar para doação de órgãos da Central Estadual de Transplantes do Paraná*. Curitiba, 1997.

25.VASCONCELOS, A. M. *A prática do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*. São Paulo: Cortez, 1997.

Específico ao profissional de Odontologia:

1.Aras MH, Kara MI, Erkiç S, Ay S. *Mandibular mucormycosis in immunocompromised patients: report of 2 cases and review of the literature*. *J Oral Maxillofac Surg*. 2012 Jun;70(6):1362-8.

2.Bensadoun RJ, Riesenbeck D, Lockhart PB, Elting LS, Spijkervet FK, Brennan MT; Trismus Section, Oral Care Study Group, Multinational Association for Supportive Care in Cancer (MASCC)/International Society of Oral Oncology (ISOO). *A systematic review of trismus induced by cancer therapies in head and neck cancer patients*. *Support Care Cancer*. 2010 Aug;18(8):1033-8.

3. Bossola M, Tazza L. Xerostomia in patients on chronic hemodialysis. *Nat Rev Nephrol.* 2012 Jan 17;8(3):176-82.
4. Cho H, Lee KH, Colquhoun AN, Evans SA. Invasive oral aspergillosis in a patient with acute myeloid leukaemia. *Aust Dent J.* 2010 Jun;55(2):214-8.
5. Cohen DW - Relação de Risco Médico-Periodontal, em: Cohen DW - Aspectos Periodontais da Saúde Sistêmica. *Compendium of Continuing Education in Dentistry.* 1998;19:11-24.
6. Consenso Brasileiro de Pneumonias em Indivíduos Adultos Imunocompetentes. *J Pneumol,* 2001;27:(Suppl1):S22-S40.
7. COSEMS, São Paulo – Termo de referência para a estruturação de redes regionais de atenção à saúde no Estado de São Paulo.
8. Cowart BJ. Taste dysfunction: a practical guide for oral medicine. *Oral Dis.* 2011 Jan;17(1):2-6.
9. Dalati MH, Kudsi Z, Koussayer LT, Dalati MF, Mawla MF. Bleeding disorders seen in the dental practice. *Dent Update.* 2012 May;39(4):266-8, 270.
10. DeRiso AJ, Ladowski JS, Dillon TA et al - Chlorhexidine gluconate 0.12% oral rinse reduces the incidence of total nosocomial respiratory infection and nonprophylactic systemic antibiotic use in patients undergoing heart surgery. *Chest.* 1996;109:1556-1561.
11. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo – CIB Nº 06/2012.
12. Farah CS, Lynch N, McCullough MJ. Oral fungal infections: an update for the general practitioner. *Aust Dent J.* 2010 Jun;55 Suppl 1:48-54.
13. Fernandes AT, Zamorano PO, Torezan Filho MA - Pneumonia Hospitalar, em: Fernandes AT, Fernandes MOV, Ribeiro Filho N - Infecção Hospitalar e suas Interfaces na Área da Saúde. São Paulo: Atheneu, 2000;516-555.
14. Fourrier F, Duvivier B, Boutigny H et al - Colonization of dental plaque: a source of nosocomial infections in intensive care unit patients. *Crit Care Med,* 1998;26:301-308.
15. Furness S, Worthington HV, Bryan G, Birchenough S, McMillan R. Interventions for the management of dry mouth: topical therapies. *Cochrane Database Syst Rev.* 2011 Dec 7;(12):CD008934.
16. Hommez GM, De Meerleer GO, De Neve WJ, De Moor RJ. Effect of radiation dose on the prevalence of apical periodontitis-a dosimetric analysis. *Clin Oral Investig.* 2012 Jan 6. (no prelo; versão preliminar disponível online).
17. Hopcraft MS, Tan C. Xerostomia: an update for clinicians. *Aust Dent J.* 2010 Sep;55(3):238-44.
18. Koorbusch GF, Deatherage JR, Curé JK. How can we diagnose and treat osteomyelitis of the jaws as early as possible? *Oral Maxillofac Surg Clin North Am.* 2011 Nov;23(4):557-67.
19. Lamster IB et al. The relationship between oral health and diabetes mellitus. *J Am Dent Assoc.* 2008 Oct;139 Suppl:19S-24S.
20. Lang NP, Mombelli A, Attstrom R - Placa e Cálculo Dental, em: Lindhe J, Karring T, Lang NP - Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 4ª Ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2005;80-104.
21. Lodi G, Carrozzo M, Furness S, Thongprasom K. Interventions for treating oral lichen planus: a systematic review. *Br J Dermatol.* 2012 May;166(5):938-47.
22. Lotufo RFM, Pannuti CM - Efeitos Diretos dos Patógenos Bucais nas Condições Sistêmicas, em: Brunetti MC - Periodontia Médica. São Paulo: SENAC, 2004;42-57.
23. Migliorati C, Hewson I, Lalla RV, Antunes HS, Estilo CL, Hodgson B, Lopes NN, Schubert MM, Bowen J, Elad S; et al. Systematic review of laser and other light therapy for the management of oral mucositis in cancer patients. *Support Care Cancer.* 2012 Sep 22.
24. Misiara ACO - Considerações Médicas sobre Pacientes com Problemas Respiratórios, em: Brunetti MC - Periodontia Médica. São Paulo: SENAC, 2004;375-390.
25. Nakatani J, Rocha RT - Pneumonia Adquirida na Comunidade e no Hospital, em: Prado FC, Ramos J, Valle JR - Atualização Terapêutica. 21ª Ed, São Paulo: Artes Médicas, 2003;1453-1461.
26. Oppermann RV, Susin C, Cortelli SC et al - Epidemiologia das Doenças Periodontais. *Rev Periodontia,* 2005;15:63-76.
27. Peterson DE, Bensadoun RJ, Roila F; ESMO Guidelines Working Group. Management of oral and gastrointestinal mucositis: ESMO Clinical Practice Guidelines. *Ann Oncol.* 2011 Sep;22 Suppl 6:vi78-84.
28. Portaria GM/MS 1559/2008 – institui a política nacional de regulação do sistema único de saúde-SUS.
29. Reilly PG, Glaffey NM - História da Sepsia Bucal como Causa de Doenças, em: Williams RC, Offenbacher S - Periodontologia 2000. São Paulo: Santos, 2005;13-18.
30. Roberts N, Moule P. Chlorhexidine and tooth-brushing as prevention strategies in reducing ventilator-associated pneumonia rates. *Nurs Crit Care.* 2011 Nov-Dec;16(6):295-302.
31. Rothman A, Barbas CSV, Camargo LFA - Infecções Respiratórias em UTI, em: Knobel E - Conduitas no Paciente Grave. 2ª Ed, São Paulo: Ed. Atheneu, 1999;771-780.
32. Russell SL, Boylan RJ, Kaslick RS et al - Respiratory pathogen colonization of the dental plaque of institutionalized elders. *Spec Care Dentist.* 1999;19:128-134.
33. Saad F, Brown JE, Van Poznak C, Ibrahim T, Stemmer SM, Stopeck AT, Diel IJ, Takahashi S, Shore N, Henry DH, Barrios CH, Facon T, Senecal F, Fizazi K, Zhou L, Daniels A, Carrière P, Dansey R. Incidence, risk factors, and outcomes of osteonecrosis of the jaw: integrated analysis from three blinded active-controlled phase III trials in cancer patients with bone metastases. *Ann Oncol.* 2012 May;23(5):1341-7.
34. Sallum AW, Martins AG, Sallum EA - A Doença Periodontal e o Surgimento de um Novo Paradigma, em: Brunetti MC - Periodontia Médica. São Paulo: SENAC, 2004;20-39.
35. Sampliner JE - Cuidados Gerais com Paciente em Estado Crítico, em: Berk JL, Sampliner JE - Manual de Tratamento Intensivo. 2ª Ed, Rio de Janeiro: Medsi, 1983;33-44
36. Sannapieco FA - Relação entre Doença Periodontal e Doenças Respiratórias, em: Rose LE, Genco RJ, Mealy BL et al - Medicina Periodontal. São Paulo: Santos, 2002;83-97.
37. Scannapieco FA, Rossa Júnior C - Doenças Periodontais versus Doenças Respiratórias, em: - Brunetti MC - Periodontia Médica. São Paulo: SENAC, 2004;391-409.
38. Scannapieco FA, Stewart EM, Mylotte JM - Sannapieco FA, Stewart EM, Mylotte JM - Colonization of dental plaque - Colonization of dental plaque by respiratory pathogens in medical intensive care patients. *Crit Care Med,* 1992;20:740-745.
39. Socransky SS, Haffajee AD - Microbiologia da Doença Periodontal, em: Lindhe J, Karring T, Lang NP - Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 4ª Ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005;105-147.
40. Spiegelberg L, Djasim UM, van Neck HW, Wolvius EB, van der Wal KG. Hyperbaric oxygen therapy in the management of radiation-induced injury in the head and neck region: a review of the literature. *J Oral Maxillofac Surg.* 2010 Aug;68(8):1732-9.
41. Treister N, Duncan C, Cutler C, Lehmann L. How we treat oral chronic-graft-versus host disease. *Blood.* 2012 Aug 16 (no prelo; versão preliminar disponível online).
42. Williams RC, Paquette D - Periodontite como Fator de Risco para Doença Sistêmica, em: Lindhe J, Karring T, Lang NP - Tratado de Periodontia Clínica e Implantologia Oral. 4ª Ed, Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005;356-375.
43. Wilson W, Taubert KA, Gewitz M, Lockhart PB, Baddour LM, Levison M, Bolger A, Cabell CH, Takahashi M, Baltimore RS, Newburger JW, Strom BL, Tani LY, Gerber M, Bonow RO, Pallasch T, Shulman ST, Rowley AH, Burns JC, Ferrieri P, Gardner T, Goff D, Durack DT; American Heart Association. Prevention of infective endocarditis: guidelines from the American Heart Association: a guideline from the American Heart Association Rheumatic Fever, Endocarditis and Kawasaki Disease Committee, Council on Cardiovascular Disease in the Young, and the Council on Clinical Cardiology, Council on Cardiovascular Surgery and Anesthesia, and the Quality of Care and Outcomes Research Interdisciplinary Working Group. *J Am Dent Assoc.* 2008 Jan;139 Suppl:3S-24S.
44. Yoneyama T, Yoshida M, Ohru T et al - Oral care reduces pneumonia in older patients in nursing homes. *J Am Geriatr Soc.* 2002;50:430-433.
- Específico ao profissional de Psicologia:
1. BALDINI, S. M. KREBS, V. L. J. Humanização em UTI Pediátrica e Neonatal. Estratégias de Intervenção Junto ao Paciente, aos Familiares e à Equipe. Atheneu. 2010.
2. APTISTA, M. N. DIAS, R. R. Psicologia Hospitalar: Teoria, aplicações e casos clínicos. 2ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2015.
3. BAPTISTA, M. N. TEODORO, M. L. M. Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2012.
4. BARLON, D. H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: Tratamento passo a passo. 5ª edição, Porto Alegre, Artmed, 2016.
5. CAMON, V. A. A. Psicologia Hospitalar: Teoria e Prática. 2ª edição. São Paulo: Learning, 2015.
6. CHENIAUX, E. Manual de psicopatologia. 5ª edição. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2015.
7. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.
8. CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: Consulta Rápida. 5ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2015.
9. CUNHA, J. A et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2000.
10. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos

Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.

- 11.FRANCO, M. H. P. et al. Vida e Morte: Laços da Existência. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- 12.GILDO, A. Terapia cognitiva- comportamental no tratamento da dor. São Paulo, Casa do psicólogo, 2014.
- 13.KERNKRAU, A. M. SILVA, A. L. M. GIBELLO, J. O psicólogo no hospital: Da prática assistencial à gestão do serviço. São Paulo, Blucker, 2017.
- 14.KITAJIMA, K. et al. Psicologia em unidade de terapia intensiva: critérios e rotinas de atendimento. 1º edição, Rio de Janeiro: Revinter, 2014.
- 15.KOVÁCS. M. J. Educação para a morte; Temas e Reflexões. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- 16._____. Morte e desenvolvimento Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- 17._____. Luto: Estudo sobre a perda na vida adulta. São Paulo. Summus. 1998.
- 18.KUBLER- ROSS, E. Sobre a Morte e o Morrer. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- 19.MINUCHIN, S. NICHOLS, M. P. LEE, W. Famílias e casais: do sintoma ao sistema. Porto Alegre, Artmed, 2009.
- 20.MORIN, E. M. AUBE, C. Psicologia e Gestão. 1º edição. Atlas, 2009.
- 21.NEUFELD, C. B. Terapia Cognitivo Comportamental em grupos: das evidências à prática. Porto Alegre, Artmed, 2017.
- 22.NOQUEIRA, M. J. O Uso de Psicofármacos. Atheneu, São Paulo, 2017.
- 23.OLIVEIRA, S. A. P. Mapeamento da Pesquisa em Psicologia Hospitalar. São Paulo, Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- 24.ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10.
- 25.ORLANDO, J. M.UTI: Muito além da técnica, a humanização e a arte do Intensivo. São Paulo: Atheneu, 2001.
- 26.PADILHA, R. Q. FUMIS, R. R. L. UTI humanizada, cuidados com o paciente, a família e a equipe. 1º edição. São Paulo: Atheneu, 2016.
- 27.PAPALIA, D. E. FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2013.
- 28.PARKES. C. M. Amor e Perda: as raízes do luto e suas complicações. São Paulo: Summus, 2009.
- 29.PEREIRA. W. A. Manual de transplantes de órgãos e tecidos. 4ª edição. Coopmed: São Paulo, 2011.
- 30.PEREZ, G. H. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
- 31.PREGNOLATTO, A. P. F. AGOSTINHO, V. B. M. O psicólogo na Unidade de Terapia Intensiva Adulto. In: Psicologia Hospitalar: Teoria, aplicações e casos clínicos. 2ª edição. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2015.
- 32.SANTOS, F. S. Tratado Brasileiro sobre Perdas e Luto. São Paulo. Atheneu, 2014.
- 33.SIMONETTI, A. Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença. São Paulo, Casa do psicólogo, 2004.
- 34.SOUZA, R. P. et al. Manual de Rotinas de Humanização em Medicina Intensiva. Curitiba: edição do autor, 2004.
- 35.WALSH. F. Processos normativos da família: Diversidade e complexidade. 4ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2016.

SAÚDE DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

Específico ao profissional de Enfermagem:

- 1.ALBUQUERQUE, A. B. B; BOSI, M. L. Visita domiciliar no âmbito da Estratégia Saúde da Família: percepções de usuários no Município de Fortaleza, Ceará, Brasil. Cad. Saúde Pública. vol. 25 nº 5 Rio de Janeiro, 2009.
- 2.ANSARA, S. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. Psicologia e Sociedade. São Paulo, 22 (1): 95-103, 2010.
- 3.BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: o cuidado da pessoa tabagista. Caderno de Atenção Primária n°40. Brasília DF, 2015.
- 4.BRASIL, Ministério da Saúde. A estimulação precoce na Atenção Básica: guia para abordagem do desenvolvimento neuropsicomotor pelas equipes de Atenção Básica, Saúde da Família e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf), no contexto da síndrome congênita por zika. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2016.
- 5.BRASIL, Ministério da Saúde. Acolhimento à demanda espontânea. v. 1. Caderno de Atenção Primária n°28. Brasília DF, 2011.
- 6.BRASIL, Ministério da Saúde. Acolhimento à demanda espontânea: queixas mais comuns na atenção básica. v. 2. Caderno de Atenção Primária

n° 28. Brasília DF, 2012.

- 7.BRASIL, Ministério da Saúde. Atenção ao Pré-natal de baixo risco. Caderno de Atenção Primária n°32. Brasília DF, 2013.
- 8.BRASIL, Ministério da Saúde. Doenças respiratórias crônicas. Caderno de Atenção Primária n° 25. Brasília DF, 2010.
- 9.BRASIL, Ministério da Saúde. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Caderno de Atenção Primária n° 19. Brasília DF, 2006.
- 10.BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégia para o cuidado da pessoa com doença crônica. Caderno de Atenção Primária n°35. Brasília DF, 2014.
- 11.BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégias para cuidado da pessoa com doença crônica obesidade. Caderno de Atenção Primária n°38. Brasília DF, 2014.
- 12.BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: hipertensão arterial sistêmica. Caderno de Atenção Primária n°37. Brasília DF, 2013.
- 13.BRASIL, Ministério da Saúde. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus. Caderno de Atenção Primária n°36. Brasília DF, 2013.
- 14.BRASIL, Ministério da Saúde. Manual do Pé Diabético: estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2016.
- 15.BRASIL, Ministério da Saúde. O cuidado às Crianças em Desenvolvimento: orientações para as famílias e cuidadores. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2017.
- 16.BRASIL, Ministério da Saúde. Procedimentos. Caderno de Atenção Primária n°30. Brasília DF, 2014.
- 17.BRASIL, Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres. Instituto Sirio-Libanês de Ensino e Pesquisa. Brasília, 2016.
- 18.BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde da Criança: crescimento e desenvolvimento. Caderno de Atenção Primária n°33. Brasília DF, 2012.
- 19.BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde mental. Caderno de Atenção Primária n° 34. Brasília DF, 2013.
- 20.BRASIL, Ministério da Saúde. Saúde na escola. Caderno de Atenção Primária n° 24. Brasília DF, 2010.
- 21.BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde - Parte 1. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2011. 320 p. (Coleção Para Entender a Gestão do SUS 2011, 5,1).
- 22.BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS : tecendo redes para garantir direitos . Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília, 2014.
- 23.BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar - Volume 3 - Cuidados em Terapia Nutricional. Brasília, Ministério da Saúde, 2015.
- 24.BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 1. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.
- 25.BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de atenção domiciliar. v. 2. Brasília, Ministério da Saúde, 2013.
- 26.BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria no - 204, de 17 de Fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências. Brasília, 2016.
- 27.DIAS, C.L. C. et al. Enfermeiro como gerenciador da rede básica de saúde. Santa Maria. 2012.
- 28.DRULLA, A. G; ALEXANDRE, A. M. C; RUBEL, F. I; MAZZA, V. A. A visita domiciliar como ferramenta ao cuidado familiar. Cogitare Enfermagem. Curitiba, 2009 Out/Dez; 14(4):667-74.
- 29.GOMES, D. L. S. A Epidemiologia para o enfermeiro. Revista Latino Americana Enfermagem. Ribeirão Preto. v. 2 nº2 p. 31-39. Janeiro, 1994.
- 30.HORÁCIO, Pereira Faria .et al. Unidade didática I: Organização do processo de trabalho na atenção básica à saúde. Módulo 4: Práticas pedagógicas em Atenção Básica à Saúde. Tecnologias para abordagem ao indivíduo, família e comunidade. Belo Horizonte : Editora UFMG/ NESCON/ UFMG, 2009. 4 v. 72p. il. + 1 DVD. (Educação a Distância).
- 31.JANINI, J. P; BESSLER, D; VARGAS, A. B. Educação em saúde e promoção da saúde: impacto na qualidade de vida do idoso. Saúde debate. Rio de Janeiro, v. 39, n. 105, p.480-490, Abr/Jun. 2015.
- 32.MELO, B. C; SANTA'ANA, G. A prática da Metodologia Ativa: compreensão dos discentes enquanto autores do processo ensinoaprendizagem. Ciências Saúde. 2012; 23(4):327-339.
- 33.PORTO, Celmo Celeno. Semiologia médica. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- 34.POSSO, Maria Belén Salazar. Semiologia e semiótica de

enfermagem. São Paulo: Atheneu, 1999.

35.RABELO, D. F.; NERI, A. L. Intervenções psicossociais com grupos de idosos. Revista Kairós Gerontologia. São Paulo, 16(6), p.43-63. Dezembro de 2013.

36.SALUM, N. C.; PRADO, M. L. A educação permanente no desenvolvimento de competências dos profissionais de enfermagem. Texto Contexto Enfermagem. Florianópolis, 2014 Abr/Jun; 23(2): 301-8.

37.SILVA, V. G.; MOTTA, M.C.S.; ZEITOUNE, R.C.G. A prática do enfermeiro na Estratégia Saúde da Família: o caso do município de Vitória/ES. Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2010;12(3):441-8.

38.SOUZA, S. A. et al. A epidemiologia como instrumental na produção de conhecimento em enfermagem. Revista de Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, 2008 Jan/Mar; 16(1):58-63.

39.SOUZA, M. M. O.; GUEDES, J. P. F. S. A integração da vigilância em saúde com a atenção básica por meio da estratégia saúde da família. Artigo do curso de especialização em vigilância sanitária.

40.VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. Determinantes Sociais de Saúde: processo saúde doença. UNIFESP-UNASUS.

Específico ao profissional de Farmácia:

1.BARROS, J. A. C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde. Brasília: UNESCO, 2004.

2.BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Assistência Farmacêutica no SUS / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2007.

3.CAMPBELL, M.K. Bioquímica. Porto Alegre: Artmed, 2000. STRYER, L. Bioquímica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

4.CASTRO, L. L. C. Fundamentos de Farmacoepidemiologia: Uma introdução ao estudo da Farmacoepidemiologia. Campo Grande: GRUPURAM, 2001.

5.GIOVANNI, G. A. Questão dos remédios no Brasil. São Paulo: Polis, MINISTÉRIO DA SAÚDE. A Política Nacional de Medicamentos. Brasília: MS, 1999.

6.GOODMAN, L. GILMAN. A. As bases farmacológicas da terapêutica. 10.ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2003.

7.LIMA, D. R. Manual de farmacologia clínica, terapêutica e toxicologia. Rio de Janeiro: Médse, 2004.

8.Lima-Costa, M.F.; Turci, M.A.; Macinko, J. Estratégia Saúde da Família em comparação a outras fontes de atenção: indicadores de uso e qualidade dos serviços de saúde em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 29(7): 1370-1380, 2013.

9.RANG, H.P.; DALE, M.M.; RITTER, J.M. Farmacologia. Ed. Guanabara Koogan, 7ª Ed., Rio de Janeiro, 2011.

10.RAVEL, R. Laboratório clínico: aplicações clínicas dos dados laboratoriais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.

11.SACHER, R. Interpretação clínica dos exames laboratoriais. São Paulo: Manole, 2001.

12.VOET, D.; VOET, J.; PRATT, C.W. Fundamentos de bioquímica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

Específico ao profissional de Serviço Social:

1.ABRAMIDES, Maria Beatriz. O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro- Tese de Doutorado 2006. BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos. Ed. Cortez. São Paulo, 2003.

2.ANDRADE, Priscilla Maia de. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 1. ed. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

3.ANDRADE, Priscilla. Maia de. Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. 1. ed. Brasília-DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

4. BERNSTAIN, Saul. Sondagem em Serviço Social de Grupo. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. In: CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979

5. BILAC, E. D. Sobre as Transformações nas Estruturas Familiares no Brasil. Notas muito Preliminares. In: RIBEIRO, I e RIBEIRO, C. (org.) Família e Processos Contemporâneos: Inovações na Sociedade Brasileira. São Paulo: Loyola, 1995.

6. BISNETO, José Augusto. Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática. São Paulo: Cortez, 2007. BRASIL. PORTARIA Nº 224/MS, de 29 de Janeiro de 1992.

7. BRASIL. Lei Federal nº 10.216 – de 06 de Abril de 2001. Direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redirecionamento do modelo assistencial em Saúde Mental.

8. BRASIL. PORTARIA Nº 3.088, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011.

Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde

9. BRASIL. PORTARIA/GM nº 336 - De 19 de fevereiro de 2002 Estabelece os tipos de CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPS I II e CAPS ad II, e seu modelo de funcionamento.

10. BRAVO, M. I. S. & Pereira, P. A. (Orgs). Política Social e Democracia. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

11. BRAVO, M. I. S.; MATOS, M. C. Projeto ético-político do Serviço Social e sua relação com a reforma sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 197-217.

12. _____. As dimensões ético-política e teórico-metodológica no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006, p. 161-196.

13. BRAVO, M.I.S. [et al]. Saúde e Serviço Social. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2004.

14. Campo, GWS et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

15. CARVALHO, Maria do Carmo B. O Lugar da Família na Política Social. In: CARVALHO, M. C. B. A Família Contemporânea em Debate. São Paulo: IEE/PUC - SP e Fapesp, 1995.

16. CASTRO, Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo: Cortez, 2003.

17. CAVALCANTE, Gelba. Modelos Teóricos do Serviço Social com Grupos. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

18. COSTA E.M.A; Carbone M.H. Saúde da família – uma abordagem interdisciplinar. Rio de Janeiro: Rubio; 2004.

19. Costa Santos R - Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. Revista Interface — Comunicação, Saúde, Educação. Teixeira R.S. (editor), v. 9, n. 17. Campus da UNESP, Botucatu (SP), pp. 235-248, ago-2005.

20. COSTA, Jurandir F. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Editora Graal, 1989.

21. DEGASPERI, Nínive. Drogas, Políticas Sociais e Serviço Social. Dissertação (mestrado em serviço social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2013.

22. Deslandes, Suely F. Análise do discurso oficial sobre a humanização da assistência hospitalar. Ciência & Saúde Coletiva. [online]. 2004, vol.9, nº 1 p 7-14. Disponível na página eletrônica <http://www.scielo.br> ISSN 1413-8123.

23. Diretrizes e normas para o atendimento ambulatorial – SIA / SUS / Unidade Básica / CAPS / Hospital Psiquiátrico, etc

24. FAZENDA, Ivani Catarina A. Fazenda, Interdisciplinaridade, um projeto de parceria. Ed. 3/ ED Loyola, São Paulo: junho de 1995.

25. GUERRA, Yolanda. "Ontologia do ser social: bases para a formação profissional" In: Revista Serviço Social e Sociedade n.54. São Paulo: Cortez, 1997.

26. GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo, Cortez, 1995.

27. GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

28. IAMAMOTO, Marilda Villela O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional! Marilda Villela iamamoto. - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

29. IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. Temporalis, Revista da Associação de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Brasília: Grafile, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan.-jul. 2001.

30. IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2004.

31. _____. Política de saúde no Brasil. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009, p. 88-110.

32. IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

33. LESSA, Sergio. "O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade". Programa de capacitação continuada para assistentes sociais, Módulo II: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS-UNB/CEAD, 1999.

34. Rezende, Ilma & Cavalcanti, Ludmila. Serviço Social e Políticas Sociais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

Específico ao profissional de Odontologia:

1. ANTUNES, José Leopoldo Ferreira; PERES, Marco Aurélio. Fundamentos de Odontologia - Epidemiologia da saúde bucal. Editora Guanabara Koogan.
2. CORDON, Rosely. Odontologia multidisciplinar - O paciente no centro das atenções. Elsevier.
3. COSTA, Elisa Maria Amorim. Saúde da família - Uma abordagem interdisciplinar. Editora Rubio.
4. DIAS, Carlos Renato. PSF -Promoção e proteção da saúde bucal na família. Editora Santos. 2 Edição.
5. DIAS, Carlos Renato. PSF -Promoção e proteção da saúde bucal na família. Editora Santos. 2 Edição.
6. DOWD, Frank J. Farmacologia e Terapêutica para dentistas. 6 Edição. Elsevier.
7. FREIRE, Caroline; ARAÚJO, Débora Peixoto de. Política Nacional de saúde - Contextualização, Programas e estratégias publicas sociais. Editora Erica
8. FREITAS, Fernanda Natrieli de. Promoção e prevenção em saúde bucal. Editora Látia. Ano 2014. 1 Edição.
9. MALTZ, Marisa ET al. Cariologia, conceitos básicos, diagnóstico e tratamento não restaurador. Editora Artes Médicas.
10. MEYER-LUECKEL, Hendrik. Cariologia - Ciência e prática clínica. Elsevier .
11. MOYSÉS, S. J. Saúde coletiva: políticas, epidemiologia da saúde bucal e redes de atenção odontológica. Porto Alegre: Artes Médicas, 2013. 128 p. (Série Abeno: Odontologia Essencial - Temas Interdisciplinares).
12. PERRIN, Daniel. Urgência em Odontologia. 1 Edição. Editora Phorte.
13. PINTO, Vitor Gomes. Saúde bucal coletiva. 6 edição. Editora Santos.
14. WANNAMACHER, Lenita. Farmacologia clínica para dentistas. 3 Edição. Guanabara Koogan.

Específico ao profissional de Psicologia:

1. AFONSO, M. L. M. Oficinas em dinâmica de grupo na área da Saúde. São Paulo: Casa do psicólogo, 2006.
2. ALVES, R. F. Psicologia da saúde: Teoria, intervenção e pesquisa. Campina Grande: Edupeb, 2011.
3. ASEN, E. et al. 10 minutos para a família: Intervenções sistêmicas em atenção primária à saúde. Porto Alegre: Artmed, 2012.
4. BAPTISTA, M. N. TEODORO, M. L. M. Psicologia de família: Teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre, Artmed, 2012.
5. BARLON, D. H. Manual clínico dos transtornos psicológicos: Tratamento passo a passo. 5ª edição, Porto Alegre, Artmed, 2016. BRAGA, T. B. M. Atenção Psicológica e Cenários Sociais. Ação Clínica, Instituições e Políticas Públicas na Promoção da Cidadania. Juruá, 2014.
6. BRUSCATO, W. L. et al. Psicologia na saúde: da atenção primária a alta complexidade. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
7. CARBONE, M. H. COSTA, E. M. A. Saúde da Família: Uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Rubio, 2009.
8. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, 2005.
9. _____. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas na atenção básica à saúde. 1ª Edição Brasília, 2010.
10. CHENIAUX, E. Manual de Psicopatologia. 5ª edição. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2015.
11. CARDOSO, C. L. A inserção do psicólogo no Programa Saúde da Família. Psicol. cienc. prof. [online]. v. 22, n. 1, p. 2-9. 2002.
12. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas na atenção básica à saúde. Brasília, 2010.
13. Senhoras e senhores gestores da Saúde, Como a Psicologia pode contribuir para o avanço do SUS. Brasília, 2011.
14. CORDIOLI, A. V. et al. Psicofármacos: Consulta Rápida. 5ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2015.
15. CUNHA, J. A et al. Psicodiagnóstico. Porto Alegre: Artmed, 2000.
16. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2008.
17. DIAS, A. C. G. Psicologia e saúde: Pesquisas e reflexões. Santa Maria: Editora UFMS, 2009.
18. FERREIRA, R. C. Psicologia Social e Comunitária. Fundamentos, Intervenções e Transformações. São Paulo: Saraiva, 2014.
19. GONÇALVES, M. G. Psicologia, Subjetividade e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2010.
20. MANO, M. A. M. PRADO, E. V. Vivências de educação popular na atenção primária à saúde: da realidade a utopia. São Carlos: Edufscar, 2010.

21. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, 2011.
22. MINUCHIN, S. NICHOLS, M. P. LEE, W. Famílias e casais: do sintoma ao sistema. Porto Alegre, Artmed, 2009.
23. NEUFELD, C. B. Terapia Cognitivo- Comportamental em grupo para crianças e adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2015.
24. _____. Terapia Cognitivo Comportamental em grupos: das evidências à prática. Porto Alegre, Artmed, 2017.
25. NOGUEIRA, M. J. O Uso de Psicofármacos. Atheneu, São Paulo, 2017.
26. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde – CID-10, 2010.
27. PAULON, S. NEVES, R. Saúde mental na atenção básica: Territorialização do cuidado. São Paulo: Editora Sulina, 2013.
28. PEREZ, G. H. A prática psicológica e sua interface com as doenças. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.
29. PAPALIA, D. E. FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. 12ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2013.
30. RODRÍGUEZ, A. A. et al. Residência Multiprofissional em saúde da família: construção de conhecimentos, atitudes e práticas. São Paulo: Edifurb, 2012.
31. ROSA, M. P. MENEZES, I. H. C. F. SOUZA, L. M. Avaliação da Qualidade da Atenção Primária à Saúde: Formação e Qualificação dos Profissionais. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017.
32. SOUZA, R. C. SANTOS, J. E. Construção social da aprendizagem em saúde mental e saúde da família. Bahia: Editus, 2014.
33. SARRIERA, J. C. SAFORCADA, E. T. Introdução a Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas. São Paulo: Editora Sulina, 2010.
34. STELLA, C. Psicologia Comunitária. Contribuições Teóricas, encontros e experiências. São Paulo: Editora Vozes, 2014.
35. WALSH, F. Processos normativos da família: Diversidade e complexidade. 4ª edição. Porto Alegre, Artmed, 2016.
36. TEIXEIRA, I. Psicologia e psicologia da saúde. In: Psicologia nos Cuidados de Saúde Primários. 2. Ed. Lisboa: Climepsi Ediores, 2007.

REABILITAÇÃO FÍSICA

Específico ao profissional de Enfermagem:

1. Brasil. Ministério da Saúde. Acolhimento nas práticas de produção de saúde de Humanização. 2. ed. 5. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.
2. SMELTZER, S. C; BARE, B. G et al. Brunner&Suddarth, Tratado de Enfermagem médico-cirúrgica. 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
3. FIGUEIREDO, N. M. A; VIANA, D. L; MACHADO, W. C. A. Tratado prático de enfermagem: com diagnósticos de enfermagem de acordo com NANDA E NIC. 3ª ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2010.
4. Souza, A.B.G; Chaves, L.D., Silva M.C.M. Enfermagem em Clínica Medica e Cirúrgica: Teoria e pratica São Paulo; Martinari, 2014.
5. CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN-370/2010. Código do processo ético-disciplinar dos conselhos de enfermagem. Disponível em: . Acesso em: 26 dez. 2013.
6. CONSELHO FEDERL DE ENFERMAGEM. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Disponível em: . Acesso em: 26 dez. 2013.
7. VOLPATO, A.C.B.; PASSOS V.C.S. Técnicas Básicas de Enfermagem 4ªed. Sao Paulo: Martinari, 2014.
8. CHAVES, L.C; Posso M.B.S. Avaliação Física em Enfermagem. Barueri: Manole, 2012.
9. GIOVANI, A.M.M. Enfermagem: cálculos e administração de medicamentos. 3ed. São Paulo: Scrinium, 2002.
10. DEALEY, C. Cuidando de feridas: um guia para as enfermeiras. 3 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.

Específico ao profissional de Fisioterapia:

- 1- AZEREDO, CAC. Fisioterapia respiratória moderna. 4ª edição. São Paulo: Manole, 2002.
- 2- CARVALHO, J.A. Amputações de membros inferiores: em busca da plena reabilitação. Editora Manole, São Paulo, 2003.
- 2-CAMERON, MH. Agentes Físicos na Reabilitação da Pesquisa a Prática. 3 ed. São Paulo, Saunders Elsevier, 2010. CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cássia Maria Buchalla]. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- 3-CUNNINGHAM, C. Síndrome de Down – Uma introdução para pais e cuidadores. Artmed, 3ªed., 2008. DAVIES, P. M. Hemiplegia Tratamento

para pacientes após AVC e outras lesões cerebrais. Editora Manole, São Paulo, 2008.

4-DE LISA, J.A. Tratado de Medicina de Reabilitação: Princípios e Práticas. Editora Manole, São Paulo, 2002. LIMA, L.F.F.;

5-LIMA, C.L.A. Paralisia Cerebral – Neurologia, Ortopedia e Reabilitação. 2nd Ed. Rio de Janeiro, Medbook, 2008.

6-MACHADO, A.B. M; HAERTEL, L.M. Neuroanatomia Funcional. 3ª ed. São Paulo. Atheneu. 2013. MARQUES, AP. Ângulos articulares dos membros superiores e inferiores. In: Manual de Goniometria. 2ª ed. São Paulo: Manole; 2003. p.12-47 MOURA, E. W.; SILVA, P. C. Fisioterapia: aspectos clínicos e práticos da Reabilitação. Artes Médicas, AACD, 2005. O'SULLIVAN, S.B. Fisioterapia: Avaliação e Tratamento. Editora Manole, São Paulo, 2003. SHUMWAY-COOK; WOOLLACOTT, M.H. Controle Motor. Teoria e Aplicações Práticas. Editora Manole, São Paulo, 2003.

Específico ao profissional de Serviço Social:

1. CRESS SP. Legislação Brasileira para o Serviço Social: Coletânea de Leis, decretos e regulamentos para instrumentação da (o) Assistente Social. São Paulo, Cress SP, 2004.

2. BRASIL. Lei n. 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Saúde no SUS.

3. _____. Lei n. 8.142 de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde.

4. _____. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. 21ª ed. São Paulo: Saraiva, artigos 193 a 232 – Título III – Da Ordem Social, 1999.

5. BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurílio Castro de. A saúde no Brasil: Reforma Sanitária e ofensiva neoliberal. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara Amazoneida (Orgs). Política social e democracia. São Paulo: Cortez: Rio de Janeiro: UERJ, 2001 p. 197- 216.

6. _____. Conselho Federal de Serviço Social. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde. Brasília, CFESS, 2010.

7. IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: Atribuições Privativas do Assistente Social em questão. Brasília: CFESS, 2012.

8. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com deficiência – CORDE, Secretaria dos Direitos Humanos, 2008.

9. BATTINI, O. SUAS Sistema Único de Assistência Social em debate, CIPEC, CNPq, 2007, SP. 16. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

10. MOTA, A.E.; BRAVO, M.I.S.; UCHOA, R. et al. Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho Profissional. 4a. Edição - Editora Cortez, 2009. 37

11. IAMAMOTO, Marilda Vilela. O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

Específico ao profissional de Fonoaudiologia:

1-FERNANDES, F.D.M.; Mendes, B.C.A., Navas, A.N.P.G.; - TRATADO DE FONOAUDIOLOGIA. 2ª ed Roca, 2010. São Paulo. 34

2-FURQUIM, A M., Santini C S . Disfagias Orofaríngeas . 2ª ed. Barueri , SP: Pró –fono; 2004.

3-LIMONGI, S.C.O. (org). LINGUAGEM: DESENVOLVIMENTO NORMAL, ALTERAÇÕES E DISTÚRBIOS. Série: Fonoaudiologia – informação para formação. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

4-LIMONGI, S.C.O.- PARALISIA CEREBRAL: LINGUAGEM E COGNIÇÃO. São Paulo: Pró – Fono, 1998.

5-MADEIRA, M.C. – ANATOMIA DA FACE – BASES ANATOMOFUNCIONAIS. Sarvier, 2001.

6-MANSUR, LL, Radanovic M. Neurolinguística: princípios para a prática clínica. Edições Inteligentes, 2004.

7-Conselho Federal de Fonoaudiologia - Medidas de Controle de Infecção para Fonoaudiólogos - Manual de Biossegurança, 2006.

8-ORTIZ, K Z. – Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Linguagem e Cognição. Manole, 2005.

9-ORTIZ, K Z. – Distúrbios Neurológicos Adquiridos – Fala e Deglutição. 2ª. ed. Manole, 2010.

10-OZER, MN; MATERSON, RS; CAPLAN, LR; Management of Persons with Stroke. Cap 10 p. 310-332. Mosby, 1994.

11-PIAGET, J. – Seis Estudos de Psicologia – 24ª. ed. Forense, 1967.

12-Darley, F.L. Aronson, A.E.; Brown, J.R. Differential diagnostic patterns of dysarthria. Journal of Speech and Hearing Reserch, v.12, p.246-269, 1969.

Específico ao profissional de Psicologia:

1-ANGERAMI-CAMON, V.A. Tendências em psicologia hospitalar. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004. BARROS, D.T.R. et al. Escolha e Inserção

Profissionais: Desafios para indivíduos, famílias e instituições, orientação profissional, teoria e técnica Vol 3. São Paulo: Vetor, 2007.

2-BEE, H.L. O Ciclo Vital. Porto Alegre: Artmed, 1997. BEE, H.L. A criança em desenvolvimento. Porto Alegre: Artmed, 2003 BOHOSLAVSKY, R. Orientação vocacional. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

3-BREIER, E. A. Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica. São Paulo: Martins Fontes, 1997 CAPOVILLA, F.C.; SEABRA, A.G. Teoria E Pesquisa Em Avaliação neuropsicológica. São Paulo, Memnon, 2009.

4-CERVENY, C.M.O. (org.) Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

5-CUNHA, J.A. e cols. Psicodiagnóstico – V. Porto Alegre: Artmed (5ª .ed), 2002.

6-DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed (2ª.ed), 2008.

7-FAZENDA, I. C. Interdisciplinaridade – qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003. FIORINI, H. J. Teoria e Técnicas de Psicoterapias. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

8-GABBARD, G.O. Psiquiatria Psicodinâmica na Prática Clínica. Porto Alegre: Artmed, (4ªed), 2006.

9-LURIA, A.R. Fundamentos da neuropsicologia. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1984.

10-MELLO FILHO, J. Doença e família. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

11-MUSKAT, M. Neuropsicologia do desenvolvimento: conceitos e abordagens. São Paulo: Memnon, 2006. 36 OCAMPO, M. L. S. e cols. O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. São Paulo: Editora Martins Fontes (9a.ed), 1981.

12-PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artes Médicas Sul (7ª Ed), 2000.

13-SANTOS, F.H.; BUENO, O.F.A.; ANDRADE, V.M. Neuropsicologia Hoje. São Paulo: Artes Médicas, 2004.

14-SIMONETTI, A. Manual de Psicologia Hospitalar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

15-VOLICH, R.M.; FERRAZ, F.C.; ARANTES, M.A.A.C.(org.) Psicossoma II. Psicossomática Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

16-ZIMMERMANN, D.; OSÓRIO, L. C. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. ZIMERMANN, D. E. Fundamentos Psicanalíticos: Teoria, Técnica e Clínica – A abordagem didática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

Específico ao profissional de Terapia Ocupacional:

1-BEE, H. A criança em desenvolvimento. 9º. ed. Porto Alegre: Artmed –Brasil, 2008.

2-BOBATH, B. Hemiplegia no adulto, avaliação e tratamento. São Paulo, Editora Manole, 1987.

3-CAVALCANTI, A; GALVÃO, C. Terapia Ocupacional. Fundamentação & Prática. Ed Guanabara Koogan, 2007.

4-CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde [Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cássia Maria Buchalla]. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

5-DE CARLO, M. M. R. P.; BARTALOTTI, C. C. Terapia Ocupacional no Brasil - Fundamentos e Perspectivas, 1ªed, São Paulo: Plexus Editora.

6-DE CARLO, M. M. R. P.; LUZO, M. C. M., Terapia Ocupacional – reabilitação Física e Contextos Hospitalares, 1ª edição, são Paulo: Roca, 2004.

7-FERLAND, FRANCINE. O modelo lúdico: o brincar, a criança com deficiência física e a terapia ocupacional. São Paulo: Roca, 2006. 171 p.

8-GREVE, JULIA MARIA D'ANDRÉA. Tratado de medicina de reabilitação. São Paulo: Roca, 2007.

9-HAGEDORN, R. Fundamentos para a Prática em Terapia Ocupacional. Roca Ed. São Paulo, 2003.

10-MACDONALD. Terapia Ocupacional em Reabilitação. 4ª. ed., São Paulo, Santos Livraria Editora, 1998.

11-MACHADO, A B M. Neuroanatomia Funcional. São Paulo. Atheneu. 2000.

12-RIBERTO M, MIYAZAKI M H, JUCÁ S S H, SAKAMOTO H, PINTO P P N, BATTISTELLA L R - Validação da Versão Brasileira da Medida de Independência Funcional. ACTA FISIATR 2004; 11: 72-76.

13-SMITH, LK; WEISS, EL; LEHMKUHL: Cinesilogia clínica de Brunnstrom. 5ª ed. São Paulo, Manole, 1997.

14-SOBOTTA, B. Atlas de anatomia humana. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, 1995.

15-Teixeira E, Sauron FN, Santos LSB, Oliveira MC. Terapia Ocupacional na Reabilitação Física. Roca: 2003.

16-TROMBLY, CATHERINE A. Terapia ocupacional para disfunção física. 6 ed. São Paulo: Santos Editora, 2013.

17-WILLARD & SPACKMAN – Terapia Ocupacional. 11ª. ed., Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2011.

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUAS E ESGOTOS

PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A empresa:

SAAE – Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena, localizada na Av. Major Amarante, nº 2788, Centro, Vilhena – RO. CNPJ nº 01.933.030/0001-13, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA/Vilhena em 19 de Janeiro de 2018, a Licença de INSTALAÇÃO.

Para atividade de: Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Vilhena – 1ª Etapa, conforme o TC: 424.548-73/2014/MCIDADES/CAIXA, para a construção da Estação de Tratamento do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vilhena, no Lote 58, Gleba Corumbiara, Setor 12 da linha 130.

DIÁRIO OFICIAL



Nº 2404

VILHENA-RO, TERÇA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 2018

ANO XXI

dov@vilhena.ro.gov.br

CADERNO II

www.camaradevilhena.ro.gov.br

Atos do Legislativo

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018/CVMV**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2017

Visto e analisado o Processo Administrativo nº 144/2017, CVMV, OBJETO: Registro de Preços para futuras aquisições de água mineral garrafão de 20 litros, água mineral sem gás de 500 ml, água mineral com gás de 500 ml e carga de gás glp 13 kg, conforme ata da Sessão da Comissão do Pregão, designada pela Portaria de nº 157/2017, de acordo com o julgamento e adjudicação proferidos pela pregoeira. Considerando que o presente procedimento licitatório, foi deflagrado com base na Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o qual atendeu à risca as exigências, considerando ainda o Parecer Jurídico exarado nos autos. HOMOLOGO, conforme segue: ADJUDICADO O VALOR TOTAL DE R\$ 14.704,60 (quatorze mil setecentos e quatro reais e sessenta centavos), em favor da seguinte empresa: DANIEL LUIZ PASCUTI - ME.

Vilhena/RO, 23 de janeiro de 2018.

Assina:

Mikéli Fernandes Cunha
Coordenadora de Licitação
CVMV

EXECUTIVO

ROSANI TEREZINHA PIRES DA COSTA
DONADON
Prefeita

DARCI AGOSTINHO CERUTTI
Vice-Prefeito

JACINTONIO COSTA PEREIRA
Controladoria de Licitação - CL

ROBERTO SCALÉRCIO PIRES
Controladoria Geral do Município - CGM

DJAVAN JACINTO
Fundação Cultural de Vilhena - FCV

ROSANGELA DE FÁTIMA ALEVATO DONADON
Gabinete da Prefeita - GAB

MÁRIO GARDINI
Procuradoria Geral do Município - PGM

ROMULO CHAVES DE AZEVEDO
Secretaria De Integração Governamental - SEMIG

MIGUEL CÂMARA NOVAES
Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

ROGÉRIO HENRIQUE DE MEDEIROS
Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI

IVETE MARIA PIRES DA COSTA
Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS

ESTEBAN VERA LABAJOS
Secretaria Municipal de Comunicação - SEMCOM

RAQUEL DONADON
Secretaria Municipal de Educação - SEMED

JOSÉ NATAL PIMENTA JACOB
Secretaria Municipal de Esportes e Cultura - SEMEC

SÉRGIO TOSHIYE NAKAMURA EMILIAO
Secretaria Municipal de Fazenda - SEMFAZ

JORGE RABELLO TEIXEIRA
Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA

JOSUÉ DONADON
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP

VALDINEY DE ARAÚJO CAMPOS
Secretaria Municipal de Planejamento - SEMPLAN

MARCOS AURÉLIO BLAZ VASQUES
Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS

DANIEL MACHADO DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Terras - SEMTER

FÁBIO SARTORI VIEIRA
Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMTRAN

FAIÇAL IBRAHIM AKKARI
Secretaria Municipal de Turismo Indústria e Comércio - SEMTIC

ARIJOAN CAVALCANTE DOS SANTOS
Serviço Autônomo de Águas e Esgotos - SAAE

LEGISLATIVO

ADILSON JOSE WIEBBELLING DE OLIVEIRA
Partido: PSDB

SAMIR MAHMOUD ALI
Partido: PSDB

FRANÇA SILVA
Partido: PV

RAFAEL MAZIERO
Partido: PSDB

CELIO BATISTA
Partido: PR

RONILDO MACEDO
Partido: PV

HELENA MARIA RODRIGUES DE QUEIROZ
(LENINHA)
Partido: PTB

VERA LUCIA BORBA JESUINO
Partido: PMDB

ROGERIO SIDINEI GOLFETTO
Partido: PTN

CARLOS ANTONIO DE JESUS SUCHI
Partido: PTN

MARCOS ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE
Partido: PHS

WILSON DEFLON TABALIPA
Partido: PV

VALDETE DE SOUSA SAVARIS
Partido: PPS

**MESA DIRETORA
BIÊNIO 2017/2018**

Presidente: Vereador Adilson Jose Wiebbelling de Oliveira

1º Vice-Presidente: Vereador Samir Mahmoud Ali

2º Vice-Presidente: Vereador Francislei Inácio da Silva

1º Secretário: Vereador Rafael Maziero

2º Secretário: Vereador Célio Batista

MATERIAS PARA PUBLICAÇÕES

RECEBIMENTOS DE MATÉRIAS: São diariamente, das 07h00min às 13h00min de 2ª a 6ª feira

OBSERVAÇÃO: as matérias encaminhadas para publicações deverão estar formatadas rigorosamente de acordo com as normativas expedidas pela prefeitura municipal de Vilhena, disponível para consulta no site "dov.vilhena.ro.gov.br" o link "Normas de Publicação".

DO TEXTO: A revisão de textos é de inteira responsabilidade do órgão/cliente emitente.

PUBLICAÇÃO A Secretaria Municipal de Comunicação, tem o prazo de 03 (três) dias úteis para publicação de qualquer matéria, a partir da data do seu recebimento.

RECLAMAÇÃO: Deverá ser encaminhada por escrito à Secretaria Municipal de Comunicação, no prazo máximo de (05) dias úteis, após a sua publicação.

EDITORIAL

Secretário Municipal de Comunicação
Esteban Vera Labajos

Assinatura e Autorização
PREFEITURA MUNICIPAL
Marcelo da Silva Ceballos
Vitor Gomes da Silva Junior
CÂMARA MUNICIPAL
Kanitar Santos Oberst
Osias Hernan Labajos Lagos

Projeto Gráfico / Diagramação / Capa
Everton Mathias de Mello
Marcelo da Silva Ceballos

Desenvolvimento Site
Eder Ferreira dos Reis Mucuta
Everton Mathias de Mello
Marcelo da Silva Ceballos

ASSINATURA DO EXECUTIVO**ASSINATURA DO LEGISLATIVO**